

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL:
Ações governamentais e a política de combate

ROBERTA CASTRO E FERREIRA MACHADO

Brasília
2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL:
Ações governamentais e a política de combate

Monografia de autoria da aluna Roberta Castro e Ferreira Machado, matrícula 09/0031997, elaborada como requisito de conclusão do curso de Graduação em Direito da Universidade de Brasília.

Orientador: Professor Doutor Ricardo José Macedo de Britto Pereira.

Brasília
2013

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL:
Ações governamentais e a política de combate

ROBERTA CASTRO E FERREIRA MACHADO

BANCA EXAMINADORA

Ricardo José Macedo de Britto Pereira
Professor Doutor e Orientador

Laís Maranhão Santos Mendonça
Mestranda/UnB

Renata Queiroz Dutra
Mestranda/UnB

*Aos meus pais dedico este
trabalho, pelo apoio incondicional, por todo o
amor e por seus ensinamentos.*

RESUMO

Analisa-se a prática do trabalho escravo na contemporaneidade e a sua ofensa aos princípios constitucionais que garantem o direito ao trabalho digno. Faz-se um breve apanhado histórico sobre o trabalho escravo no Brasil desde a época dos índios, transcorrendo pela escravidão negra, até os dias atuais. Descreve-se um panorama do trabalho escravo contemporâneo no Brasil, apresentando elementos dessa prática na área rural, que tem a servidão por dívidas e o aliciamento por “gatos” como características principais, e, também, elementos do trabalho escravo urbano, que acontece com mais frequência nas produções têxtil e tem a mão de obra frequentemente associada com imigrantes em situação irregular no país. Discorre-se sobre a polêmica das denominações do trabalho escravo, destacando aquela do artigo 149 do Código Penal e também a denominação “trabalho forçado” elaborada pela OIT na sua Convenção nº 29. Destaca-se alguns tratados e convenções internacionais sobre o tema. Por fim, discorre-se sobre a atuação governamental no combate ao trabalho escravo, especialmente do Ministério do Trabalho e Emprego, dando destaque ao Cadastro de Empregadores Flagrados Explorando Trabalhadores na Condição Análoga à de Escravos, do Ministério Público do Trabalho e do Poder Legislativo na apreciação do Projeto de Emenda Constitucional sobre o trabalho escravo.

Palavras chaves: Trabalho escravo. Trabalho degradante. Trabalho forçado.

ABSTRACT

The paper will analyze slave labor practices in modern times and how it offends constitutional principles that assure the right to worthy employment. It will outline the historical basis of slavery in Brazil, starting with Indians, going through black slavery, and getting to today. Also, the paper will describe the outlook of slave labor practices in modern times in Brazil, showcasing elements of such practices in rural and urban areas in this country. Furthermore, the paper will portray the controversy regarding slave employment denominations. Moreover, the paper highlights some of the treaties and international conventions regarding the subject. Finally, the paper will depict the current government performance in fighting slave labor.

Keywords: Slavery work. Degrading labor. Forced Labor.

Sumário

Introdução	7
Capítulo 1 – Direito Fundamental ao Trabalho Digno	10
Capítulo 2 - Abordagem histórica do trabalho escravo no Brasil.....	18
Capítulo 3 - Panorama do trabalho escravo no Brasil contemporâneo.....	28
3.1. Conceituações para o trabalho forçado.....	31
3.2. Legislação pátria e normas de direito internacional sobre o trabalho escravo contemporâneo.....	36
3.2.1. Constituição Brasileira de 1988.....	36
3.2.2. Código Penal Brasileiro.....	37
3.2.3. Tratados e Convenções Internacionais	39
Capítulo 4 - Programas e ações governamentais de combate ao trabalho escravo no Brasil ...	42
4.1. Ministério do Trabalho e Emprego.....	42
4.2. Ministério Público e a ação civil pública	48
4.3. Poder Legislativo.....	50
4.3.1. PEC do trabalho escravo.....	50
Considerações Finais	52
Referências Bibliográficas.....	54

Introdução

O Brasil vivenciou fortemente a prática da escravidão durante o período colonial e durante o império, utilizando-se do trabalho escravo como a base de todo o sistema produtivo. Em 1888, foi assinada a Lei Áurea que aboliu a escravidão no território nacional, no entanto, essa prática infelizmente ainda é observada nos dias de hoje no Brasil e em várias partes do mundo.

As primeiras denúncias de escravidão pós-abolição surgem em 1971 e foram feitas pelo bispo católico dom Pedro Casaldáliga. A partir daí, diversas denúncias de trabalhadores em situação análoga à escravidão passaram a ser encaminhadas à OIT, mas somente em 1995 o governo brasileiro reconhece oficialmente a existência dessa grave violação aos direitos humanos e traça estratégias para combatê-la.

Dados do Ministério do Trabalho mostram que de 1995 a outubro de 2013 mais de 46.000 trabalhadores foram libertados de situações de trabalho forçado no país.¹ Tais dados revelam o avanço que o Brasil obteve no combate ao trabalho escravo e, por outro lado, nos dá uma idéia da dimensão do problema que atinge milhares de trabalhadores, revelando que ainda há muito a ser feito para combater essa prática inaceitável que contraria os princípios basilares do Estado Democrático Brasileiro.

Para concretizar esse trabalho, foi realizada pesquisa em doutrinas e revistas sobre o tema, além disso, foi essencial a busca de informações constantes nos sítios eletrônico de órgãos governamentais, tais como Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho, Supremo Tribunal Federal, Senado Federal, bem como pesquisas nos sítios da Organização Internacional do Trabalho e da organização não governamental Repórter Brasil.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos, cada um trata de um aspecto do tema.

O primeiro capítulo ressalta o direito fundamental ao trabalho digno, apresentando a importância que o labor possui na identificação social do indivíduo. Disserta, também, sobre a formação dos direitos sociais nas gerações de direitos e, posteriormente, faz

¹ Código Penal é consistente com Convenções internacionais para punir trabalho forçado, diz a OIT < <http://www.oit.org.br/content/codigo-penal-e-consistente-com-convencoes-internacionais-para-punir-trabalho-forcado-diz-oit> > Acesso em 02/12/2013.

uma análise do direito fundamental ao trabalho digno sob as perspectivas filosófica, normativa e histórico-constitucional. Por fim, trata da Constituição de 1988 e a importância dada por ela ao princípio da dignidade da pessoa humana.

O segundo capítulo faz um breve apanhado histórico da escravidão ocorrida no Brasil, trata da escravidão indígena, que logo é trocada pela escravidão negra devido a alguns fatores apresentados no texto. Aborda o tráfico negreiro que abastecia a mão-de-obra escrava e, por fim, fala das leis e do contexto histórico que levaram à abolição em 1888. Nesse capítulo, apresenta-se, ainda, um paralelo entre a escravidão negra e a escravidão praticada nos dias atuais.

O terceiro capítulo traça um panorama do trabalho escravo no Brasil contemporâneo, traz elementos dessa prática no meio rural e também no meio urbano. Apresentada a realidade brasileira, passa a dissertar sobre as conceituações do trabalho escravo, explicitando a falta de consenso dessa denominação na doutrina brasileira e faz a apresentação do pensamento de alguns autores. Traz, ainda, as conceituações elaboradas pela Organização Internacional do Trabalho e pelo Código Penal. Finalmente, trata das normas sobre o tema, destacando a Constituição Federal, o Código Penal Brasileiro, as Convenções nº 29 e 105 da Organização Internacional do Trabalho e apresenta outros tratados internacionais.

No último capítulo, é abordada a atuação de órgãos governamentais no combate ao trabalho escravo. Destaca a atuação do Ministério do Trabalho, com destaque ao Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) e ao Cadastro de Empregadores Flagrados Explorando Trabalhadores na Condição Análoga à de Escravos, do Ministério Público do Trabalho e do Poder Legislativo na apreciação da Proposta de Emenda Constitucional do trabalho escravo.

Nesse sentido, o trabalho busca apresentar a realidade brasileira, mostrando que, apesar de ilegal, a prática do trabalho escravo assola a nossa sociedade, se aproveitando da desigualdade social, da má distribuição de renda e da falta de educação de parte da população. Trata da importância de se entender que o trabalho escravo não se resume à privação de liberdade, mas está relacionado com a privação da dignidade do trabalhador, violando os princípios da dignidade da pessoa humana, da justiça social, da liberdade, dentre outros princípios basilares elencados na Constituição Brasileira. O trabalho tenta demonstrar

que é necessário um combate eficaz a essa prática, que busque afastar as causas estruturais do problema e possibilitar o desenvolvimento da população.

Capítulo 1 – Direito Fundamental ao Trabalho Digno

A regulamentação em favor do direito ao trabalho digno surge por meio de um processo histórico de transformação das relações trabalhistas. A forte exploração do trabalho e a falta de proteção legal dos trabalhadores estimularam o surgimento da associação de classe em contrapartida à dura realidade, assim descreve José Afonso da Silva:

“O individualismo e o abstencionismo ou neutralismo do Estado liberal provocaram imensas injustiças, e os movimentos sociais do século passado e deste especialmente, desvelando-se a insuficiência das liberdades burguesas, permitiram que se tivesse consciência da necessidade da justiça social (...).”²

O processo de constituição da identidade social do homem, por meio do qual ele alcança a sua autonomia e revela sua condição de sujeito de direitos e deveres, tem o trabalho digno como valor indispensável, pois com ele o homem se identifica como ser humano consciente e capaz de participar da vida em sociedade.

Nessa perspectiva, o Estado deve desenvolver os direitos sociais, trabalhando na regulamentação do direito do trabalho, pois esses direitos são referência para a concretização dos demais direitos fundamentais. Desse modo, ressalta José Afonso da Silva:

“Assim podemos dizer que os direitos sociais, como dimensão dos direitos fundamentais do homem, são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais. São, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade. Valem como pressupostos do gozo dos direitos individuais na medida em que criam condições materiais mais propícias ao auferimento da igualdade real, o que, por sua vez, proporciona condição mais compatível com o exercício efetivo da liberdade.”³

O direito do trabalho permite a existência formalizada do direito ao trabalho digno, verdadeira essência do homem,⁴ pois a regulamentação jurídica permite que o trabalho digno seja respeitado. No Estado Democrático de Direito, o trabalho é concebido como um direito, não como uma sujeição, excluindo-se da viabilidade jurídica, o trabalho servil ou o semelhante ao escravo, embora esta modalidade indigna de exploração aconteça na prática, como irá demonstrar o nosso estudo.

² SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 25ª. edição - São Paulo:Malheiros, 2005, p 115.

³ Idem. p 287.

⁴ DELGADO, Gabriela Neves. **Direito Fundamental ao Trabalho Digno**. São Paulo: LTr, 2006, p. 26.

O trabalho digno e os demais direitos fundamentais do homem surgem, segundo a teoria divulgada por Bobbio⁵, por um processo histórico não-linear, classificado como gerações de direitos fundamentais.

Os direitos fundamentais de primeira geração surgem durante o Estado Liberal, com referência nas Revoluções Americana e Francesa, e trazem a idéia de liberdade do indivíduo, são as liberdades negativas. Gilmar Ferreira Mendes, ao tratar sobre direitos fundamentais de primeira geração:

“Pretendia-se, sobretudo, fixar uma esfera de autonomia pessoal refratária às expansões do Poder. Daí esses direitos traduzirem-se em postulados de abstenção dos governantes, criando obrigações de não fazer, de não intervir sobre aspectos da vida pessoal de cada indivíduo. São considerados indispensáveis a todos os homens, ostentando, pois, pretensão universalista.”⁶

Os direitos de segunda geração, predominantes no Estado Social de Direito, surgem para atender as demandas sociais, associadas à forte industrialização, ao impacto do crescimento demográfico decorrente das imigrações para as cidades e às condições degradantes em que viviam parte da sociedade. Tudo isso gerou novas reivindicações que o Estado Liberal absenteísta não era capaz de responder, o que obrigou o Estado a se reorganizar em torno de políticas públicas que buscassem a justiça social. Essa segunda geração revela o direito de igualdade e traz a noção de indivíduo como um ser pertencente a uma coletividade. Nesse sentido, Gilmar Mendes:

“São direitos que não mais correspondem a uma pretensão de abstenção do Estado, mas que o obrigam a prestações positivas (...). O princípio da igualdade de fato ganha realce nessa segunda geração dos direitos fundamentais, a ser atendido por direitos a prestação e pelo reconhecimento de liberdades sociais — como a de sindicalização e o direito de greve. Os direitos de segunda geração são chamados de direitos sociais, não porque sejam direitos de coletividades, mas por se ligarem a reivindicações de justiça social — na maior parte dos casos, esses direitos têm por titulares indivíduos singularizados”.⁷

No Estado Democrático de Direito, temos os direitos de terceira geração, referentes à fraternidade ou solidariedade, são os chamados direitos difusos, de uma coletividade indeterminável, mas que possui pretensões semelhantes. Segundo o mesmo autor:

⁵ BOBBIO, Norberto. A era dos Direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 1992.

⁶ MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional / Gilmar Ferreira Mendes, Paulo Gustavo Gonet Branco. – 4. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2009. P. 267.

⁷ Idem. P. 267-268.

“Os direitos chamados de terceira geração peculiarizam-se pela titularidade difusa ou coletiva, uma vez que são concebidos para a proteção não do homem isoladamente, mas de coletividades, de grupos. Tem-se, aqui, o direito à paz, ao desenvolvimento, à qualidade do meio ambiente, à conservação do patrimônio histórico e cultural.”⁸

Essas gerações de direitos fundamentais traduzem a evolução histórica da sociedade em um processo cumulativo onde as novas gerações de direitos convivem com aquelas que já existem, traduzindo as condições para que o direito fundamental ao trabalho digno possa ser constituído.

O direito fundamental ao trabalho digno pode ser visto, conforme a classificação da professora Gabriela Neves Delgado⁹ apresentada adiante, em perspectivas diferentes, sendo elas: perspectiva filosófica, normativa e histórico-constitucional.

Sob a perspectiva filosófica, o direito do trabalho se identifica como um meio para construção e afirmação do homem e se revela, simultaneamente, como um dever e um direito fundamental. Jorge Luiz Souto Maior¹⁰, analisando o pensamento de Bataglia¹¹, afirma:

“O direito do trabalho possui exatamente essa função de inibir os obstáculos à alegria do trabalho. Valorizando o trabalho, o direito do trabalho valoriza o homem e o integra à sociedade. O trabalho é da essência humana, no sentido de dever de valorização pessoal e de integração social, e será ao mesmo tempo um dever e um direito, na relação do indivíduo com a sociedade e o Estado.”

O direito ao trabalho digno, portanto, deve ter forte proteção do Estado por meio da sua regulamentação jurídica, haja vista sua condição de direito fundamental e universal do homem, que deve ter aplicabilidade imediata.

A perspectiva normativa do direito fundamental ao trabalho digno consiste na observação de que seu surgimento se deu através de duas dinâmicas, da negociação feita pelos atores coletivos sindicais e de um direito legislado pelo poder estatal.

Segundo Maurício Godinho Delgado,¹² a dinâmica da negociação pelos atores coletivos sindicais é inerente às sociedades democráticas e subdivide-se em: normatização autônoma e privatística, na qual a norma produz-se a partir da sociedade civil, da legitimação

⁸ Idem. P. 268.

⁹ DELGADO, Gabriela Neves. Direito Fundamental ao Trabalho Digno. São Paulo: LTr, 2006, p. 69-81.

¹⁰ MAIOR, Jorge Luiz Souto. O direito do trabalho como instrumento de justiça social. LTr. 2000.P. 102.

¹¹ Para um estudo mais aprofundado no tema: BATAGLIA, Felice. Filosofia do Trabalho.

¹² DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 9ª Ed.. São Paulo: LTr, 2010, p 95-96.

do conflito pelos particulares, das negociações coletivas autônomas e em normatização privatística subordinada, em que o Estado delimita a atuação dos particulares, condicionando sua criatividade na criação e na reprodução das normas jurídicas.

Enquanto o direito que provinha fundamentalmente da vontade estatal (legislado) correspondia ao padrão corporativo-autoritário, no qual o Estado produzia a legislação instituindo forma e conteúdo de solução de conflitos com restrição da participação da sociedade civil.

Sob a perspectiva histórico-constitucional, o direito do trabalho passa por quatro fases evolutivas: formação, intensificação, consolidação e autonomia. Sobre o tema, entende Maurício Godinho Delgado:

“A fase da formação estende-se de 1802 a 1848, tendo seu momento inicial no Peel’s Act, do início do século XIX na Inglaterra, que trata basicamente de normas protetivas de menores. A segunda fase (da intensificação) situa-se entre 1848 e 1890, tendo como marcos iniciais o Manifesto Comunista de 1848 e, na França, os resultados da Revolução de 1848, como a instauração da liberdade de associação e a criação do Ministério do Trabalho. A terceira fase (da consolidação) estende-se de 1890 a 1919. Seus marcos iniciais são a Conferência de Berlim (1890) que reconheceu uma série de direitos trabalhistas, e a Encíclica Católica *Rerum Novarum* (1891), que também fez referência à necessidade de uma nova postura das classes dirigentes perante a chamada “questão social”. A quarta e última fase, da autonomia do Direito do Trabalho, tem início em 1919, estendendo-se às décadas posteriores do século XX. Suas fronteiras iniciais estariam marcadas pela criação da OIT (1919) e pelas Constituições do México (1917) e da Alemanha (1919)”¹³

O processo de constitucionalização do direito fundamental ao trabalho acontece, no decorrer da fase da autonomia do Direito do trabalho, onde constituições criadas passam a dar novo status às normas trabalhistas.

No Brasil, conforme aponta a professora Gabriela Neves Delgado¹⁴, essa constitucionalização acompanhou, de forma lenta e gradativa, a evolução histórica do país, com avanços e retrocessos.

A Constituição Imperial de 1824, outorgada por D. Pedro I, deu início à história do constitucionalismo brasileiro, porém, não tratou dos direitos sociais. A primeira Constituição da República (1891), também foi omissa em relação aos direitos sociais, e, apesar de reconhecer a liberdade de reunião e associação, estas poderiam ser restritas sob a justificativa da ordem pública.

¹³ Idem, p. 88-89.

¹⁴ DELGADO, Gabriela Neves. *Direito Fundamental ao Trabalho Digno*. São Paulo: LTr, 2006. p. 73-81.

Diante do cenário de superexploração e da precariedade de proteção normativa aos trabalhadores, iniciou-se a luta por direitos sociais que se traduziram na introdução de normas trabalhistas nas Constituições seguintes.

Em 1934, surge a primeira Constituição a inserir normas referentes aos direitos sociais no Brasil, seu texto foi fortemente influenciado pelo movimento de constitucionalização desses direitos que ocorreu no começo do século XX. A maioria dessas normas, no entanto, revestia-se de caráter programático, dentre elas constavam o direito ao salário mínimo, isonomia salarial, jornada de trabalho de oito horas, férias anuais remuneradas, e a pluralidade e autonomia sindical.

Getúlio Vargas, após decretar o estado de sítio, outorga em 1937 a Constituição do Estado Novo que era marcada pelo autoritarismo e pelo retrocesso nos direitos sociais, reservando ao Estado o controle do reconhecimento dos sindicatos dos trabalhadores. Durante a vigência desta Carta, entrou em vigor a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que, segundo a professora Gabriela: “foi passo progressivo na busca de proteção jurídica aos trabalhadores, apesar de ser um diploma jurídico elaborado em conformidade com a filosofia autocrática da época.”¹⁵

Com a queda de Vargas, após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil passa por período de redemocratização e também de ampliação dos direitos sociais materializado pela promulgação da Constituição de 1946. Nessa Carta Magna temos a primeira referência constitucional à dignidade da pessoa humana, apesar desta ter sido limitada a sua relação com o “trabalho que possibilitasse a existência digna”.¹⁶

Decretado o Golpe militar de 1964, a nova Constituição de 1967, pautada no autoritarismo, manteve, entretanto, os direitos trabalhistas já assegurados anteriormente, além de definir a composição do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Com fim do regime militar, o Brasil passa por um processo de redemocratização e, então, em 27 de novembro de 1985, convoca uma Assembléia Nacional Constituinte para elaboração de nova Constituição que exprimisse os anseios da sociedade.

¹⁵ Idem. P 76.

¹⁶ Idem. Ibidem.

Sobre a Constituição de 1988, trecho presente em artigo sobre as constituições brasileiras no site do Senado:

“Datada de 5 de outubro de 1988, a Constituição inaugurou um novo arcabouço jurídico-institucional no país, com ampliação das liberdades civis e os direitos e garantias individuais. A nova Carta consagrou cláusulas transformadoras com o objetivo de alterar relações econômicas, políticas e sociais, concedendo direito de voto aos analfabetos e aos jovens de 16 a 17 anos. Estabeleceu também novos direitos trabalhistas, como redução da jornada semanal de 48 para 44 horas, seguro-desemprego e férias remuneradas acrescidas de um terço do salário.”¹⁷

A Constituição de 1988 se preocupa em dar destaque aos direitos fundamentais, assegurando o respeito aos direitos individuais e à autonomia das pessoas. A nova Carta prevê de diversos direitos sociais e busca intervir para construção de uma sociedade com indivíduos dotados de dignidade. Delgado, sobre a Constituição de 1988 e o princípio da dignidade da pessoa humana:

A Constituição Democrática de 1988 é absolutamente inovadora, na tradição brasileira, nesse aspecto. De fato, alçou o princípio da dignidade da pessoa humana, na qualidade de princípio próprio, ao *núcleo* do sistema constitucional do País e ao *núcleo* de seu sistema jurídico, político e social. Passa a dignidade a ser, portanto, princípio (logo, comando jurídico regente e instigador). Mas não só: *é princípio fundamental de todo o sistema jurídico*.¹⁸

O direito ao trabalho digno foi elevado ao status constitucional, com a previsão dos princípios da dignidade da pessoa humana, da justiça social e do valor social do trabalho.¹⁹ Chega-se a essa conclusão, ao observar que a dignidade da pessoa humana está presente no rol dos fundamentos da República Federativa do Brasil, além de aparecer em diversos momentos do texto constitucional, destacando-se o artigo 170, caput, da Carta Constitucional que diz: “A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social (...)”²⁰. Além disso, o artigo 193 ratifica essa idéia: “A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.”²¹

¹⁷ <<http://www12.senado.gov.br/noticias/entenda-o-assunto/constituicoes-brasileiras>> Acesso em 12/11/13.

¹⁸ DELGADO, Maurício Godinho. Direitos Fundamentais na Relação de Trabalho, Revista de Direitos e Garantias Fundamentais - nº 2, 2007, p. 24.

¹⁹ DELGADO, Gabriela Neves. Direito Fundamental ao Trabalho Digno. São Paulo: LTr, 2006, p. 26.

²⁰ Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

²¹ Idem.

O princípio da dignidade da pessoa humana é a base de diversos Estados Democráticos, tais como Brasil, Portugal e Espanha, sendo o fundamento de existência para a categoria dos direitos fundamentais.²² Segundo Maurício Godinho Delgado:

“O princípio da dignidade da pessoa humana traduz a idéia de que o valor central das sociedades, do Direito e do Estado contemporâneos é a pessoa humana, em sua singeleza, independentemente de seu status econômico, social ou intelectual. O princípio defende a centralidade da ordem juspolítica e social em torno do ser humano, subordinante dos demais princípios, regras, medidas e condutas práticas.”²³

A dificuldade de se chegar à definição de um conceito de dignidade da pessoa humana que seja consensual e universal é destacada por Sarlet, o autor também explica que esse conceito passa por constante construção e desenvolvimento com a evolução da sociedade. Apesar disso, Sarlet apresenta uma formulação sobre o tema:

“um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.”²⁴

Essa proteção da dignidade humana apresentada na Constituição brasileira deve ser reproduzida nas relações trabalhistas e no Direito do Trabalho, pois o direito é um meio fundamental na busca pelo equilíbrio das relações trabalhistas e pelo reconhecimento da dignidade, como leciona a professora Gabriela:

“No desempenho das relações sociais, em que se destacam as trabalhistas, deve ser vedada a violação da dignidade, o que significa que o ser humano jamais poderá ser utilizado como objeto ou meio para a realização do querer alheio. (...) A identidade social do homem somente será assegurada se o seu labor for digno. (...) Ao mesmo tempo em que o trabalho possibilita a construção da identidade social do homem, pode também destruir a sua existência, caso não existam condições mínimas para o seu exercício”²⁵

Apresentada a importância que o trabalho exercido em condições de dignidade tem para o ser humano, sendo fundamental para possibilitar o respeito aos direitos fundamentais do homem, a pesquisa segue para trazer uma realidade na qual o homem não possui respeito à sua dignidade e o desrespeito aos direitos fundamentais, infelizmente, é a regra.

²² AMARAL, Júlio Ricardo de Paula. Os Direitos Fundamentais e a Constitucionalização do Direito do Trabalho. Revista TRT da 13ª Região - João Pessoa, v. 17, n. 1, 2010, p. 36.

²³ DELGADO, Maurício Godinho. Direitos Fundamentais na Relação de Trabalho, Revista de Direitos e Garantias Fundamentais - nº 2, 2007, p. 23.

²⁴ SARLET apud DELGADO, Gabriela Neves. Direito Fundamental ao Trabalho Digno. São Paulo: LTr, 2006. P. 204.

²⁵ DELGADO, Gabriela Neves. Direito Fundamental ao Trabalho Digno. São Paulo: LTr, 2006. p. 206 e 237.

Essa é realidade do trabalho escravo que, apesar de incompatível com os valores do ordenamento jurídico brasileiro e com os postulados constitucionais da Carta Cidadã, persiste no Brasil e em diversos lugares do mundo.

Capítulo 2 - Abordagem histórica do trabalho escravo no Brasil

A escravidão é uma prática que esteve presente na evolução do ser humano de forma universal desde os primórdios da história e da economia, tendo características diferentes em cada época e sociedade. O fenômeno da escravidão é tão antigo quanto à humanidade, o que pode ser demonstrado pelas referências encontráveis, de modo expressivo, nas passagens mais remotas da Bíblia, na história da civilização e da filosofia grega ou da civilização romana.²⁶

As grandes navegações permitiram aos Europeus a prática do comércio e a descoberta de novas terras, Portugal liderara a expansão européia além-mar²⁷ e buscava o comércio por um caminho, até então desconhecido, o litoral africano. A partir daí, os portugueses começaram a trazer escravos negros para trabalhar em suas terras. Segundo Meltzer:

“Os portugueses financiavam suas explorações trazendo escravos negros para trabalhar nas fazendas de cultivo de açúcar, localizadas nas proximidades do litoral da Europa e da África.”

Na busca de um caminho que levasse às Índias, liderada por Cristovão Colombo, se dá a chegada dos portugueses ao Brasil e tem-se início a colonização das terras do novo mundo, como narra o mesmo autor:

“Colombo chegou ao Novo Mundo e instituiu um processo de colonização construído a partir da mão-de-obra escrava. O “Almirante do mar Oceânico” é por muitos considerado o descobridor do Novo Mundo, mas ele também merece ser lembrado por iniciar o tráfico de escravos para a América. (...) Como um homem de seu tempo ele via a escravidão como algo natural. A Igreja Católica tolerava. E em Lisboa pôde observar os lucros que gerava.”²⁸

Colombo, primeiramente, se enganou ao chegar às terras brasileiras e pensou que havia chegado às Índias, por isso, chamou aquelas pessoas que encontrou de índios, um povo cuja cultura era totalmente diferente daquela presente na Europa. Como disserta Meltzer:

“Quando Colombo tocou as praias do Novo Mundo, não tinha idéia de que chegara a uma massa de terra entre a Europa e a Ásia. Pensava que as ilhas encontradas eram as Índias, próximo à costa da Ásia. Chamou às pessoas que vieram cumprimentá-lo

²⁶ PEDROSO, ELIANE. Da Negação ao Reconhecimento da Escravidão Contemporânea. In: VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves (Org.). Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação. São Paulo: LTr, 2006. P. 15.

²⁷ MELTZER, Milton. História ilustrada da escravidão. São Paulo: Ediouro, 2004. Passim. P. 213.

²⁸ Idem. P. 216.

de *los índios*. (...) Por não poderem compreender as sociedades indígenas, os europeus rotularam-nas de selvagens ou bárbaras.”²⁹

Colombo, apesar de ter se maravilhado com a meiguice, hospitalidade e inocência dos índios, não hesitou em levantar a possibilidade de escravizar aquelas sociedades, como se depreende da narrativa do mencionado historiador:

“Mal Colombo terminara de admirar povo tão maravilhoso, escreveu para a Espanha dizendo: “Daqui, em nome da Santíssima Trindade, podemos enviar todos os escravos que possam ser vendidos. Quatrocentos, no mínimo, renderão vinte mil escudos.”³⁰

Dentre os índios, a escravidão já era prática comum e os escravos eram aqueles capturados em derrotas nas guerras tribais ou fugitivos acolhidos na tribo. Esse instituto, no entanto, era muito singular na cultura indígena, tinha como propósito a vitória sobre os inimigos, a vingança pela morte de membros da sua tribo, a aquisição de honra por meio de símbolos de valentia e a prática de ritos religiosos.³¹ Os escravos viviam de forma igualitária com os demais membros da tribo, porém eles poderiam ser vítimas dos rituais religiosos antropofágicos a qualquer tempo, como descreve Buarque de Holanda:

“Os escravos moram também com seus senhores, dentro da mesma cabana, como filhos da mesma família. Comem bem e são bem tratados. Dão-lhes por mulheres suas filhas e irmãs, as quais os tratam como maridos. Isso tudo até que lhes agrade matá-los para comê-los.”³²

Inicialmente, a relação dos índios com os homens brancos se deu pacificamente, os índios realizavam serviços em troca de escambos, que seriam presentes dados pelos europeus, bugigangas sem muito valor. A escravidão se dava somente por meio da figura do “resgate”, isto é, a captura de nativos pelas tribos indígenas, geralmente cativos derrotados em guerras tribais, que eram oferecidos aos portugueses em troca dos escambos.³³ Esses índios eram escravizados para trabalhar no corte e transporte do pau-brasil.

Para se consumir o projeto de Portugal de colonizar as terras descobertas e dar início a exploração de suas riquezas, foi deixada de lado a cultura extrativista do pau-brasil e fazendas de monoculturas foram desenvolvidas pelos europeus que se instalaram no Brasil. Essas terras exigiam produções em larga escala de suas manufaturas (açúcar, tabaco, algodão,

²⁹ Idem. p. 218.

³⁰ Idem. Ibidem.

³¹ PEDROSO, ELIANE. Da Negação ao Reconhecimento da Escravidão Contemporânea. In: VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves (Org.). Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação. São Paulo: LTr, 2006. P. 22.

³² Apud PEDROSO, Eliane. Da negação ao reconhecimento da escravidão contemporânea. In VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves (coord.). Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação. São Paulo: ANAMATRA/LTr, 2006, p. 17.

³³ Idem. P. 24.

café) e mão-de-obra barata e farta para gerar o lucro desejado, daí a necessidade de as fazendas se utilizarem de mão-de-obra escrava em larga escala. Conforme observa Freyre:

“O colonizador português do Brasil foi o primeiro entre os colonizadores modernos a deslocar a base da colonização tropical da pura extração de riqueza mineral, vegetal ou animal - o ouro, a prata, a madeira, o âmbar, o marfim - para a de criação local de riqueza. Ainda que riqueza - a criada por eles sob a pressão das circunstâncias americanas - à custa do trabalho escravo: tocada, portanto, daquela perversão de instinto econômico que cedo desviou o português da atividade de produzir valores para a de explorá-los, transportá-los ou adquiri-los.”³⁴

Então, logo surge a tentativa de escravizar os índios, haja vista a escassez e o custo elevado da mão de obra livre européia e os altos valores que eram necessários para adquirir escravos negros. Os escravos indígenas tinham, ainda, a vantagem de conhecer bem o território em que se instalariam as propriedades de monocultura, facilitando a interação com esse meio ambiente.³⁵ Segundo Eliane Pedroso:

“A escravização de índios teve, em um primeiro momento da colonização, as suas finalidades precípuas de garantir mão-de-obra farta, produtiva e barata e de viabilizar a exploração do agressivo ambiente, absolutamente alcançadas”³⁶

Não restam dúvidas que a exploração da mão de obra indígena contribuiu para o desenvolvimento da colônia portuguesa, permitindo a instalação das suas empresas de produção e gerando o acúmulo de capital necessário para que o desenvolvimento dessas empresas pudesse ser realizado por meio da compra dos escravos africanos. No entanto, os indígenas não se mostraram uma boa opção para o trabalho pesado, pois não estavam acostumados a esses serviços e morriam em pouco tempo ou de exaustão ou pelas doenças transmitidas pelos homens brancos, o que contribuiu para a dizimação de boa parte daquela população, revelando-se, por fim, um negócio não lucrativo. Disserta a mesma autora:

“Em verdade o contato dos índios com o português gerou um verdadeiro despovoamento resultante das inúmeras enfermidades trazidas pelos europeus somadas ao rápido desgaste físico decorrente das péssimas condições do trabalho escravo. Portanto, se a escravização indígena “não deu certo” ou “não durou muito” foi antes em razão de se exaurir a capacidade humana de produção, fator que atingiria qualquer outra etnia, do que um efeito do indolente comportamento do índio”³⁷

Além disso, parte da igreja, os jesuítas, condenava a escravidão indígena, fazendo forte oposição a esse regime, o que trazia inconvenientes morais no uso dessa força

³⁴ FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal / Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. — 50ª ed. rev. — São Paulo: Global, 2005. P. 79.

³⁵ PEDROSO, ELIANE. Da Negação ao Reconhecimento da Escravidão Contemporânea. In: VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves (Org.). Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação. São Paulo: LTr, 2006. P. 28.

³⁶ Idem. P. 29.

³⁷ Idem. P. 34.

laborativa. Os jesuítas vinham em missões para catequizar e domesticar os índios, sendo responsáveis por verdadeira descaracterização da cultura indigenista e pela dessocialização desses indivíduos.³⁸

Por conseguinte, primeiro foi utilizada a mão de obra indígena, mas depois os escravos africanos foram importados, dando início ao tráfico de escravos no Brasil. O uso da mão-de-obra africana prevalece sobre a indígena por ser extremamente vantajosa, já que o tráfico de escravos era um negócio bastante lucrativo, por isso a escravidão dos negros era estimulada pela Metrópole portuguesa, como pondera Eliane Pedroso:

“Situando-se em contexto muito mais complexo do que a preferência de escravos negros aos escravos índios, a escravidão negra no Brasil firma-se mediante uma aspiração complexa que envolve os grupos mercantis que enriqueciam por meio dos altos lucros do tráfico negreiro, os colonos e a Coroa portuguesa que tanto arrecadava para o Tesouro Régio e, portanto, também lucrava com aquele tráfico.”³⁹

O tráfico de escravos, apesar de ser uma atividade praticada por mercadores, gerava fundos de capitais para Metrópole e para a colônia portuguesa por meio das arrecadações fiscais, o que gerou um grande acúmulo de riqueza, mostrando-se um negócio extremamente lucrativo para todas as partes e, por isso, o negócio era cíclico, se perpetuando no tempo, haja vista ser curta a vida útil do escravo, como se depreende do texto da mesma autora:

“Para o colonato, o tráfico negreiro acarretava reflexos econômicos. Não obstante as taxas de mortalidade elevadíssimas encontradas nos engenhos e, posteriormente, nas minas e nos cafezais, compensava muito mais importar novos escravos para a reposição do estoque humano do que manter dignamente os já adquiridos e propiciar sua reprodução, ainda que os rebentos nascessem submetidos ao regime escravista”⁴⁰

Essa importação era feita por meio de navios negreiros, onde os escravos eram colocados em porões para fazer viagens terríveis e estavam sujeitos a todo tipo de doença, fome, sofrimento, brutalidade além de lidar com a superlotação dos navios. A taxa de mortalidade desses escravos era altíssima, mas o tráfico continuava sendo um negócio lucrativo para os mercadores, que buscavam extrair o máximo de lucro possível do seu negócio. Descreve Meltzer:

“A viagem da África às Américas era um pesadelo que durava dois meses ou mais, sendo conhecida como o “Caminho do Meio”, pois era o trecho central do triângulo

³⁸ Idem. P. 38.

³⁹ Idem. P. 41.

⁴⁰ Idem. p. 46.

do tráfico, não importando o custo para a mercadoria – o escravo. Às vezes os mercadores exageravam e anulavam seus próprios objetivos, destruindo a mercadoria.”⁴¹

No Brasil, os senhores utilizavam a mão-de-obra escrava no cultivo de açúcar principalmente, mas também café, algodão e cacau, serviços domésticos e, posteriormente, nas minas de ouro.⁴² A representação de poder econômico naquela época era feita por meio da quantidade de escravos de um senhor, já que a terra valia pouco, a escravaria representava prestígio e prosperidade. Desse modo, observa Eliane Pedroso:

“Seria bastante o tão variado interesse econômico para a consolidação da escravização negra, mas um interesse social, e não menos mesquinho, impunha-se. Os portugueses e o seu espírito conquistador, voltado a alcançar a fidalguia sem grande esforço, e no Brasil estabelecidos por gente, em sua grande maioria, nada nobre em sua origem, tinham no escravo negro o símbolo de sua prosperidade e a colocação de seu prestígio.”⁴³

Na busca pelo enriquecimento, não poupavam os escravos, que trabalhavam em jornadas exaustivas, eram subalimentados e viviam em condições degradantes de higiene e abrigo. Segundo Meltzer:

“Numa tarefa que exigiam 30 escravos, eles mandavam dez fazer o trabalho. Nas fazendas de café, os escravos eram despertados às três horas da manhã e não voltavam aos seus alojamentos antes das nove ou dez da noite. A dieta diária consistia em uma papa de farinha de milho, um naco de carne de porco salgada e abóbora cozida”⁴⁴

Com a declaração da independência do Brasil por D. Pedro I, deu-se início uma discussão em favor do fim do tráfico de escravos com vistas a uma posterior emancipação. Em 1850, com a lei Eusébio de Queirós, o tráfico de escravos foi abolido e a entrada ilegal de escravos negros vindos da África no Brasil foi proibida. De acordo com Meltzer:

“Em 1822, Dom Pedro declarou a independência do Brasil em relação a Portugal, estabelecendo-se como imperador. Logo depois, os liberais começaram a exigir o fim do tráfico e a preparação dos escravos para uma emancipação gradual. Em 1850, foi abolido o tráfico de escravos, selando a fonte externa de abastecimento. Um forte movimento conduziu a luta pela abolição total, do Parlamento até as cidades e nas próprias fazendas”⁴⁵

Os movimentos populares conduzem uma luta pela abolição total da escravatura, o chamado movimento abolicionista, que ganha força principalmente com o fim

⁴¹ MELTZER, Milton. História ilustrada da escravidão. São Paulo: Ediouro, 2004. Passim. p. 258.

⁴² Idem. P. 269.

⁴³ PEDROSO, ELIANE. Da Negação ao Reconhecimento da Escravidão Contemporânea. In: VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves (Org.). Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação. São Paulo: LTr, 2006. P. 44.

⁴⁴ MELTZER, Milton. História ilustrada da escravidão. São Paulo: Ediouro, 2004. Passim. p. 288.

⁴⁵ Idem. 301.

da guerra do Paraguai, na qual homens livres e escravos lutam lado a lado criando uma relação de identidade entre eles que reforça os questionamentos acerca da escravidão. Eliane Pedroso disserta sobre o tema expondo o pensamento de Lília Schwarcz:

“Nesse sentido, ensina a autora, o exército, formado por homens livres e não proprietários, conquista uma posição política e social de destaque e, por se identificar com os escravos com os quais juntamente combateram durante a guerra, passam a questionar a sua função de perseguição destes, a recondução dos ex-combatentes à condição cativa, bem como a rejeitar a captura de escravos fugitivos e, com tal atitude, engrossa a corrente favorável à abolição da escravidão.”⁴⁶

Nesse panorama, surgem leis paliativas que iam rumo à abolição, mas tentavam adiar essa decisão. A lei do ventre livre, de 1871, declarou que as crianças nascidas de escravos seriam livres. Em 1885, surge a lei dos sexagenários que determinava a libertação dos escravos que possuíssem mais de 60 anos.⁴⁷

A escravidão no Brasil passa então por uma crise, os escravos se insurgem em diversas regiões com o apoio dos abolicionistas e negros libertos. O movimento abolicionista ganha força com o apoio de diversos setores da sociedade, como a classe trabalhadora e os intelectuais. Diante desse cenário, em 13 de maio de 1888, a lei Áurea aboliu a escravidão no Brasil. Segundo Meltzer:

“Negros livres apoiavam os escravos, que começaram a abandonar as fazendas em bandos. Insurreições brotavam em muitos lugares, com os abolicionistas incitando à violência contra os senhores de escravos mais brutais e ajudando aqueles a escapar. A classe trabalhadora, a classe média das cidades e os intelectuais uniram-se aos escravos militantes. (...) No dia 13 de maio de 1888, quando uma de cada 20 pessoas, numa população de 14 milhões de habitantes, ainda era escrava, a “Lei Áurea” aboliu a escravidão de uma vez por todas, e sem compensação.”⁴⁸

Após a abolição, o Estado brasileiro passa a financiar a vinda de imigrantes europeus para trabalhar nas lavouras. O trabalhador imigrante se sujeitava ao dono da terra, já que deveria realizar o pagamento da dívida adquirida com o transporte que o trouxe ao Brasil, criando uma verdadeira servidão por dívidas. Eliane Pedroso sobre esse modelo de trabalho:

“Porém, a união de interesses do governo com o de senhores de terra não se dirigiam a circunstância outra senão à perpetuação do escravismo, desta vez com características mais modernas e disfarçadas, que criaram um sistema que pode ser considerado a evolução de um regime que já havia passado por várias fases de aperfeiçoamento, desde que iniciada a escravidão indígena”⁴⁹

⁴⁶ SCHWARCZ, Lília. Apud. PEDROSO, ELIANE. Da Negação ao Reconhecimento da Escravidão Contemporânea. In: VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves (Org.). Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação. São Paulo: LTr, 2006. p. 49.

⁴⁷ Idem. P. 50.

⁴⁸ MELTZER, Milton. História ilustrada da escravidão. São Paulo: Ediouro, 2004. Passim. P. 302.

⁴⁹ PEDROSO, ELIANE. Da Negação ao Reconhecimento da Escravidão Contemporânea. In: VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves (Org.). Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação. São Paulo: LTr, 2006. P. 53.

No século XX, surge novo modelo de sujeição com condições semelhantes às retratadas no período pós-abolição. Com a escravidão abolida, essa forma de trabalho não goza de situação legal, sendo condenada até mesmo por organismos internacionais, todavia permanece presente na realidade brasileira e em diversos outros lugares do mundo com novas denominações. Essa triste realidade se perpetua devido a alguns fatores como a má distribuição da renda, a educação precária e a concentração de terras em uma pequena elite da população.⁵⁰ Conforme descreve a Cartilha do Trabalho Escravo do Ministério Público:

“Em 13 de maio de 1888 foi formalmente abolida a escravidão no Brasil. Infelizmente, porém, a assinatura de uma lei não foi suficiente para afastar o problema da realidade, ainda sendo encontrados trabalhadores submetidos a condições análogas a de escravo, a também chamada escravidão contemporânea. A mentalidade e o comportamento escravocrata ainda subsiste, assim como a vida do ex-escravo não melhorou de fato, ao revés, sob alguns aspectos, aprofundou-se ainda mais o abismo das desigualdades sociais, econômicas, raciais e culturais, descortinando e desencadeando graves problemas que até hoje povoam a sociedade brasileira.”⁵¹

A escravidão contemporânea retrata diferentes formas de violação dos direitos humanos, além daquelas presentes na escravidão tradicional. Nessa modalidade, observa-se, a venda de crianças, prostituição infantil, exploração do trabalho infantil, escravidão por dívida, tráfico de pessoas, venda de órgãos, exploração da prostituição, etc.⁵² Figueira, ao tratar das denominações adotadas para essas formas de trabalho, disserta:

“Como não se trata exatamente da modalidade de escravidão que havia na Antiguidade greco-romana, ou da escravidão moderna de povos africanos nas Américas, em geral, o termo escravidão veio acrescido de alguma complementação: “semi”, “branca”, “contemporânea”, “por dívida”, ou no meio jurídico e governamental, com certa regularidade utilizou-se o termo “análoga”, que é a forma como o artigo 149 do Código Penal Brasileiro (CPB) designa a relação. Também têm sido utilizadas outras categorias para designar o mesmo fenômeno, como “trabalho forçado” (...)”⁵³

Túlio Manoel Siqueira tece observações a respeito da escravidão contemporânea em artigo publicado pelo TRT 3ª região:

“Por outro lado, o que diferencia o trabalhador escravo de hoje dos escravos negros de outrora não é a cor da pele, pois, para se escravizar hoje, é usado o critério da origem, da condição econômica e social do trabalhador. O trabalhador escravo de hoje assemelha-se ao escravo negro, no tocante ao trabalho forçado ou obrigatório, em que sua liberdade é tolhida e o seu direito de ir e vir é monitorado por pistoleiros ou gatos armados, feito os capitães do mato de outrora. E, ainda, é semelhante em relação às condições degradantes de habitação, onde os alojamentos de lona de

⁵⁰ Idem. P. 34.

⁵¹ Ministério Público do Trabalho. Cartilha do Trabalho Escravo.

⁵² MELTZER, Milton. História ilustrada da escravidão. São Paulo: Ediouro, 2004. Passim. P. 490.

⁵³ FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 35.

plástico ou palha são espécies de senzalas, cuja alimentação é deficiente, as instalações sanitárias são precárias e a água bebida não é potável.”⁵⁴

No Brasil, dentre outras formas de violação, temos a escravidão muitas vezes relacionada com o desmatamento, com a produção de carvão, com a plantação de cana-de-açúcar e com a mineração, principalmente na região Amazonas, onde acontece o trabalho forçado e a escravidão por dívidas, como descreve Meltzer:

“Trabalhadores rurais costumam ser recrutados em outros estados para trabalhar no desmatamento. As grandes distâncias que eles precisam percorrer exigem que acumulem dívidas para pagar o transporte e alimentação. Embora lhes prometam salários e condições adequados, quando chegam ao seu destino encontram alojamentos deploráveis e comida ruim. São forçados a trabalhar longas horas em condições perigosas para saldar a dívida. O preço que tem que pagar pela comida, roupa, remédios e até mesmo ferramentas é varias vezes maior que os valores de mercado. Isso os aprisiona em um ciclo de dívidas que eles nunca conseguem pagar.”⁵⁵

Outras formas de escravidão, ademais daquelas observadas no meio rural, estão presentes no território brasileiro. São relacionadas ao trabalho urbano e encontradas, principalmente, na construção civil, nas indústrias têxteis e na exploração sexual, envolvendo inclusive imigrantes de países mais pobres como a Bolívia.

Essa problemática do trabalho escravo contemporâneo passa a incomodar a comunidade internacional e, em 1926, é assinado o primeiro tratado internacional que prevê a proibição da escravidão. Esse tratado foi firmado pela precursora da Organização das Nações Unidas (ONU), a Liga das Nações Unidas. Além desse, diversos outros tratados internacionais surgem no decorrer do século XX, pois, apesar da regulação legal, o problema persiste até os dias de hoje.

A escravidão contemporânea no Brasil recebe a primeira denúncia em 1971, por Dom Pedro Casaldáliga, um bispo da Igreja Católica e defensor dos direitos humanos. Após essas denúncias, diversas outras foram apresentadas à OIT, com a ajuda da Comissão Pastoral da Terra, associação da Igreja Católica que luta pelo direito dos trabalhadores da terra.⁵⁶

O Brasil admite a existência de escravidão em seu território em 1995, após a grave denúncia do caso José Pereira, um rapaz de 17 anos que conseguiu fugir de uma

⁵⁴ SIQUEIRA, Túlio Manoel Leles de. O TRABALHO ESCRAVO PERDURA NO BRASIL DO SÉCULO XXI. Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg., Belo Horizonte, v.52, n.82, p.127-147, jul./dez.2010.

⁵⁵ MELTZER, Milton. História ilustrada da escravidão. São Paulo: Ediouro, 2004. Passim. P. 492.

⁵⁶ ABRAMO, Laís. MACHADO, Luiz. O combate ao trabalho forçado: um desafio global. In: VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves (Org.). Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação. São Paulo: LTr, 2006. P. 69

fazenda no Pará e denunciou que havia 60 pessoas nessa fazenda sujeitas à prática da escravidão.⁵⁷ Sobre a experiência brasileira no combate ao trabalho escravo, Laís Abramo e Luiz Machado:

“Em 1995 o governo brasileiro reconheceu oficialmente a existência, em seu território, dessa grave violação dos direitos humanos e dos direitos fundamentais do trabalho. Esse foi um passo fundamental para o início da constituição de mecanismos institucionais, políticas e programas que comesçassem a enfrentar efetivamente a questão.”⁵⁸

Depreende-se do exposto que a escravidão contemporânea se assemelha com a antiga escravidão e os elementos desta permanecem vivos, porém de forma dissimulada. A partir desse paralelo, trazemos uma tabela, que compara a escravidão contemporânea com aquela antiga dos negros.⁵⁹

Brasil	Antiga escravidão	Nova escravidão
Propriedade legal	Permitida	Proibida
Custo de aquisição de mão-de-obra	Alto. A riqueza de uma pessoa podia ser medida pela quantidade de escravos	Muito baixo. Não há compra e, muitas vezes, gasta-se apenas o transporte
Lucros	Baixos. Havia custos com a manutenção dos escravos	Altos. Se alguém fica doente pode ser mandado embora, sem nenhum direito
Mão-de-obra	Escassa. Dependia de tráfico negreiro, prisão de índios ou reprodução. Bales afirma que, em 1850, um escravo era vendido por uma quantia equivalente a R\$ 120 mil	Descartável. Um grande contingente de trabalhadores desempregados. Um homem foi levado por um gato por r\$ 150,00 em Eldorado dos Carajás, sul do Pará
Relacionamento	Longo período. A vida inteira do escravo e até de seus descendentes	Curto período. Terminado o serviço, não é mais necessário prover o sustento
Diferenças étnicas	Relevantes para a escravização	Pouco relevantes. Qualquer pessoa pobre e miserável são os que se

⁵⁷ Idem. Ibidem.

⁵⁸ Idem. Ibidem.

⁵⁹ Comparação entre a nova escravidão e o antigo sistema: Tabela adaptada a partir das idéias do sociólogo e estudioso do tema, Kevin Bales, descritas no seu livro “Disposable People: New Slavery in the Global Economy” presente no site: <<http://reporterbrasil.org.br/trabalho-escravo/comparacao-entre-a-nova-escravidao-e-o-antigo-sistema/>> Acesso em 05/11/13

		tornam escravos, independente da cor da pele
Manutenção da ordem	Ameaças, violência psicológica, coerção física, punições exemplares e até assassinatos	Ameaças, violência psicológica, coerção física, punições exemplares e até assassinatos

Depreende-se da tabela que a escravidão dos tempos atuais, apesar de ser condenada juridicamente, é um negócio extremamente lucrativo que independe de etnia ou cor, mas se aproveita da disparidade econômica e da falta de educação e consciência de indivíduos menos favorecidos. Meios coercitivos cruéis são empregados para perpetuar esse instituto, o que nos remonta à escravidão antiga e revela uma triste realidade de desrespeito à dignidade da pessoa humana.

Capítulo 3 - Panorama do trabalho escravo no Brasil contemporâneo

As raízes do trabalho escravo persistem na realidade brasileira, principalmente na zona rural. Ainda que passados quase 120 anos da entrada em vigor da lei que proibiu a escravidão no país, são comuns notícias de trabalhadores libertados de condições análogas a de escravos.⁶⁰ “Essa realidade subsiste ainda nos dias atuais como efeito da ignorância, da má distribuição de renda e da concentração fundiária nas mãos de poucos.”⁶¹ José Augusto Rodrigues Pinto tece observações sobre a escravidão contemporânea no prefácio do livro de Sento-Sé sobre o tema:

“No ocaso do século XIX, despida de sua veste mais cruel, a escravidão escondeu-se e continua, agora escondida atrás das máscaras da insuficiência econômica, da desvalia social e da rusticidade inculta, a exaurir o trabalhador pela exploração da energia pessoal em nível de tratamento animalesco, sobretudo de menores, mulheres e rurícolas.”⁶²

Com a escravidão abolida, surgem formas de dissimulação dessa prática e um dos modos mais comuns de escravidão contemporânea é a escravidão por dívidas que ocorre, principalmente, na região norte do país. Padre Figueira traz características sobre a dinâmica dessa realidade:

“Para que a escravidão seja mais eficiente é necessário algum grau de legitimidade atribuído à relação entre o empreiteiro (gato) e o empreitado (peão). Com esse objetivo é construído um sistema de endividamento progressivo do trabalhador. A dívida começa quando, ao ser contatado, o peão recebe do gato ou de um seu preposto um pequeno adiantamento em dinheiro. E aumenta a dívida com os gastos de transporte e alimentação até a unidade de produção. Mas o ciclo de endividamento não termina aí. Ele prossegue nas compras de alimentação, material de higiene, ferramenta de trabalho, instrumento de proteção e medicamento feitas na cantina do empreiteiro ou da empresa proprietária da fazenda. Desinformado de seus direitos, o trabalhador tem uma consciência falsa de responsabilidade legal e moral sobre a “dívida”. Impulsionado pela noção de que “quem deve é obrigado a pagar”; torna-se primeiro prisioneiro de sua própria consciência, pois desconhece que no Brasil ninguém é obrigado a trabalhar ou é preso por dívida, salvo nos casos específicos de omissão paterna ou materna em pensão alimentar. Depois se torna prisioneiro da distância, da falta de dinheiro para tomar um transporte, da vergonha de retornar à casa mais pobre do que saiu, ou pelas ameaças e por homens armados.”⁶³

⁶⁰ ANTERO, Samuel. Monitoramento e avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo. RAP — RIO DE JANEIRO 42(5): 791-828. SET./OUT. 2008.

⁶¹ ABREU, Lília Leonor; ZIMMERMANN, Deyse Jacqueline. Trabalho escravo contemporâneo praticado no meio rural brasileiro: Abordagem sociojurídica. Rev. TST, Brasília, vol. 69, nº 2, jul/dez 2003. p. 139

⁶² SENTO-SÉ, Jairo Lins de Albuquerque. Trabalho escravo no Brasil na atualidade. São Paulo. LTr. 2000. P.13.

⁶³ FIGUEIRA. Apud. ANTERO, Samuel. Monitoramento e avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo. RAP — RIO DE JANEIRO 42(5):791-828, SET./OUT. 2008.

Os trabalhadores são atraídos para essa situação pelas ofertas de emprego realizadas por um “gato”, que tem o seu conceito elaborado por Figueira:

“empreiteiro contratado para desflorestamento, feitura e conservação de pastos e cercas ou outros serviços para fazendeiros e empresas agropecuárias da Amazônia. Muitas vezes anda armado, trabalha com parentes e com uma rede de “fiscais”, e são acusados de diversos crimes, inclusive homicídios”⁶⁴

Os trabalhadores, ao chegar ao local de trabalho, se deparam com condições de vida subumanas com circunstâncias inadequadas de habitação, transporte, alimentação e segurança⁶⁵, e com um sistema de coerção que os priva de seus direitos mais essenciais, dentre eles o de ir e vir, sob o fundamento de que o “peão” possui uma dívida a pagar. A relação de trabalho que surge a partir daí é marcada por violência, incluindo cárcere privado e até homicídio, além do total desrespeito aos direitos do trabalhador, tudo em prol da obtenção máxima de lucro pelos detentores do poder econômico.

No intuito de desenvolver um quadro que demonstre a dimensão do problema na área rural do Brasil e alertar os empresários e consumidores sobre a possibilidade dessa prática odiosa estar relacionada a produtos comercializados no mercado, a ONG Repórter Brasil, a pedido da Presidência da República brasileira, realizou uma pesquisa para identificar as cadeias produtivas das fazendas encontradas utilizando-se da mão-de-obra escrava e obteve os seguintes resultados⁶⁶:

“Os produtos identificados na pesquisa das cadeias produtivas foram: pecuária (carne e miúdos de boi), algodão (pluma), soja (grão, óleo e ração), cana-de-açúcar (álcool combustível e cachaça), café (grão verde), pimenta-do-reino (grão) e carvão vegetal (carvão para siderurgia). Boa parte deles produzidos nessa região de fronteira com a floresta amazônica. A pecuária responde por 80% do total.”

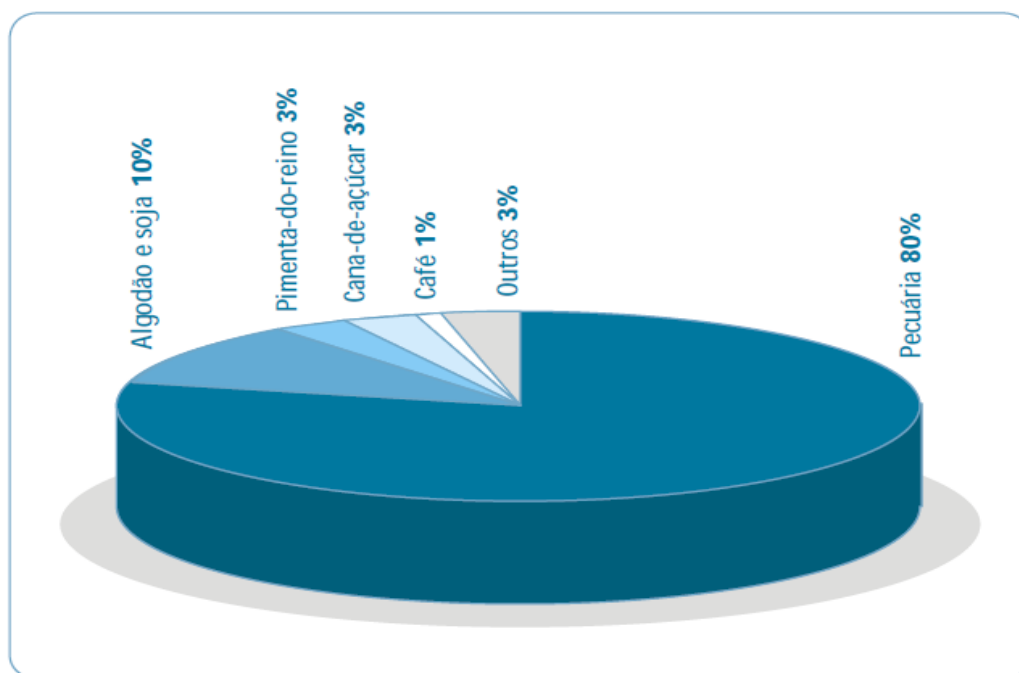
A título de ilustração, trazemos um gráfico⁶⁷ que representa o resultado da pesquisa:

⁶⁴ FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 17.

⁶⁵ Idem. P. 35.

⁶⁶ SAKAMOTO, Leonardo. A economia da escravidão. <<http://reporterbrasil.org.br/2006/04/a-economia-da-escravidao/>>. Acesso em 13/11/2013.

⁶⁷ Trabalho escravo no Brasil do século XXI / Coordenação do estudo Leonardo Sakamoto. — [Brasília]: Organização Internacional do Trabalho, 2007. P. 67.



Fonte: ONG Reporter Brasil

A realidade da escravidão no Brasil não se limita, entretanto, à área rural, na área urbana também existe essa triste realidade. Podemos ter um pequeno retrato da realidade do trabalho escravo urbano, trazendo como exemplo o que ocorre em São Paulo:

“Entre janeiro e novembro de 2012, o MPT em São Paulo recebeu quase uma centena de denúncias de trabalho análogo ao de escravo, a maioria em oficinas de costura. Uma parte significativa também foi registrada na construção civil.”⁶⁸

O trabalho prestado nas oficinas de costura em São Paulo é, muitas vezes, marcado pela irregularidade e pela situação precária dos trabalhadores. Em boa parte, essa força laborativa é constituída por imigrantes em situação irregular dos países vizinhos ao Brasil, que se submetem a jornadas exaustivas, baixa remuneração, e muitas vezes chegam ao país com débitos do transporte que os trouxe, caracterizando a servidão por dívidas. Como observa Bignani:

“Muitas vezes, para chegar a São Paulo, esses trabalhadores acabam contraindo dívidas que são descontadas dos salários já baixos, ocasionando situações de servidão por dívidas e de restrição de liberdade de locomoção. Essa situação é agravada em virtude do desconhecimento das leis nacionais e da falta dos documentos brasileiros”⁶⁹

⁶⁸ Labor. Revista do Ministério Público do Trabalho. Ano 1. Nº 1. 2013. P. 20.

⁶⁹ BIGNANI, Renato. O Sweating System no contexto brasileiro como expressão do trabalho forçado urbano. In: VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves (Org.). Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação. São Paulo: LTr, 2006. P. 97.

A produção têxtil em São Paulo está relacionada com uma dinâmica de subcontratações que favorece o problema, como explica o mesmo autor:

“O trabalho prestado em boa parte das células de costura de São Paulo está inserido em um contexto de reorganização produtiva, no qual as confecções subcontratam parte de sua produção a diversos outros núcleos produtivos em uma cadeia de subcontratação de prestação de serviços. (...) Nas chamadas oficinas de costura encontram-se diversos trabalhadores imigrantes, na sua maior parte vindo de países como Bolívia, Paraguai e Peru, que trabalham por cerca de quatorze horas para receber valores próximos ao salário mínimo e sem as mais básicas condições de segurança e saúde.”⁷⁰

Grandes nomes da moda nacional e internacional foram relacionados com essa prática infeliz, dentre eles o caso Zara⁷¹ que teve grande repercussão em 2011 e, mais recentemente, foram descobertas oficinas de costura nessa situação que eram subcontratadas e costuravam para grife Le Lis Blanc:

“Os costureiros, todos bolivianos, viviam em condições degradantes, estavam sujeitos a jornadas de trabalho exaustivas e servidão por dívida. Segundo fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que realizaram a operação, além de submetidos à escravidão, todos foram vítimas de tráfico internacional de pessoas. Entre os resgatados estava uma garota de 16 anos.”⁷²

Não há estatísticas oficiais acerca do número de trabalhadores que se encontram em situação de escravidão moderna no Brasil, haja vista que a ilicitude da prática impossibilita a formulação desses dados com precisão. Os dados trabalhados atualmente referem-se ao número de trabalhadores resgatados: de 1995 a julho de 2004, 11.969 trabalhadores rurais submetidos ao regime escravista foram resgatados, sendo 5.224 no Pará, 2.435 no Mato Grosso e 1.139 na Bahia. E dados recentes do Portal governamental Brasil afirmam que o número de trabalhadores resgatados entre 2003 e 2010 atingiu quase 33.000 indivíduos.⁷³

3.1. Conceituações para o trabalho forçado

O estudo das formas de superexploração do trabalho nos remete a diversas denominações, não há consenso entre os estudiosos do tema sobre uma forma de denominar

⁷⁰ Idem. Ibidem.

⁷¹ Para mais detalhes: < <http://reporterbrasil.org.br/2011/08/roupas-da-zara-sao-fabricadas-com-mao-de-obra-escrava/> > Acesso em 18/11/2013

⁷² Para mais detalhes: < <http://reporterbrasil.org.br/2013/07/roupas-da-le-lis-blanc-sao-fabricadas-com-escravidao/> > Acesso em 18/11/13

⁷³ PEDROSO, ELIANE. Da Negação ao Reconhecimento da Escravidão Contemporânea. In: VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves (Org.). Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação. São Paulo: LTr, 2006. P. 57.

Para mais detalhes, consultar tabela que contém dados governamentais mesclados com dados da CPT: <<http://reporterbrasil.org.br/documentos/relatoriocpt2011.pdf>> Acesso em: 20/11/2013.

essa modalidade infeliz de desrespeito aos direitos humanos. Essa observação é feita por Sento-Sé:

“Ao examinarmos, sob o prisma científico, essa humilhante situação (...) nos confrontamos com uma diversidade de denominações, quais sejam “trabalho forçado”, “trabalho escravo”, “escravidão branca”, “semi-escravidão”, “superexploração do trabalho” e senzala amazônica”. Todos esses signos são utilizados, vez por outra, indistintamente, para tratar da mesma realidade jurídica.”⁷⁴

A denominação de qualquer forma de superexploração do labor humano como sendo trabalho escravo ou trabalho forçado é uma generalização comum que muitas vezes, erroneamente, enquadra casos de mera violação de leis nessas categorias. Essa generalização tem como lado positivo a capacidade de chocar a sociedade com termos que carregam um histórico triste de opressão e, assim, buscar mobilizar o Estado. No entanto, essas imprecisões acabam por confundir os operadores do direito e impossibilitando que cada hipótese seja tratada de modo adequado. Brito Filho sobre o tema:

“Tal generalização, que até poderia ser vista como necessária para mobilizar o Estado e a sociedade para o enfrentamento do problema, em certa medida pode atrapalhar na hora de utilizar os meios jurídicos existentes para a solução dos conflitos decorrentes do uso do trabalho em condições ilícitas.”⁷⁵

A superexploração do trabalho se trata de um conceito mais amplo que abrange o trabalho forçado e o trabalho em condições degradantes, segundo Brito Filho, que disserta:

“Por superexploração do trabalho que não reúne as mínimas condições necessárias para garantir os direitos do homem-trabalhador, ou seja, o que não é prestado em condições que denominamos trabalho decente, e da forma mais indigna possível. O trabalho em condições análogas às de escravo, então, é uma das formas, no caso a pior, de superexploração do trabalho.”⁷⁶

A doutrina brasileira, entretanto, não possui uma definição uníssona em relação a esse problema.

Sento-Sé define o trabalho escravo como uma variação do trabalho forçado. O conceito que deve ser utilizado para essa prática nos dias de hoje, segundo o autor, é trabalho escravo contemporâneo:

“Contudo, entendemos que o trabalho escravo configura uma outra realidade, mais específica e que está integrada no contexto macro que consubstancia o trabalho forçado.⁷⁷ (...) Por isso consideramos ser mais apropriada a expressão “trabalho escravo contemporâneo” (...) “ou trabalho escravo na atualidade.”⁷⁸

Luís Antônio Camargo de Melo apresenta o seu entendimento sobre o tema ao tratar do artigo 149 do Código Penal: “Tal comando legal permite entender, seguramente, o

⁷⁴ SENTO-SÉ, Jairo. Apud. BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. Trabalho decente: análise jurídica da exploração, trabalho forçado e outras formas de trabalho indigno. São Paulo. LTr, 2004. P. 70.

⁷⁵ BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. Trabalho decente: análise jurídica da exploração, trabalho forçado e outras formas de trabalho indigno. São Paulo. LTr, 2004. P. 19.

⁷⁶ Idem. p. 70.

⁷⁷ SENTO-SÉ, Jairo Lins de Albuquerque. Trabalho escravo no Brasil na atualidade. São Paulo. LTr. 2000. p.23.

⁷⁸ Idem. p. 25.

trabalho prestado por pessoas reduzidas à condição análoga à de escravos como gênero, sendo suas espécies o trabalho forçado e o trabalho degradante.”⁷⁹

Para o autor, portanto, o trabalho escravo e o trabalho forçado são entendidos como sinônimos, que ele define do seguinte modo:

“Considerar-se-á trabalho escravo ou forçado toda modalidade de exploração do trabalhador em que este esteja impedido, moral, psicológica e/ou fisicamente, de abandonar o serviço, no momento e pelas razões que entender apropriados, a despeito de haver, inicialmente, ajustado livremente a prestação dos serviços.”⁸⁰

Melo entende, por outro lado, que o trabalho em condições degradantes se diferencia do escravo ou forçado pela garantia de liberdade de locomoção e de autodeterminação, quando o empregado pode deixar a qualquer tempo a relação de trabalho⁸¹. O autor descreve o que ele entende por condições degradantes:

“se o trabalhador presta serviços exposto à falta de segurança e com riscos à sua saúde, temos o trabalho em condições degradantes. Se as condições de trabalho mais básicas são negadas ao trabalhador, como o direito de trabalhar em jornada razoável e que proteja sua saúde, garanta-lhe descanso e permita o convívio social, há trabalho em condições degradantes. Se, para prestar o trabalho, o trabalhador tem limitações na sua alimentação, na sua higiene, e na sua moradia, caracteriza-se o trabalho em condições degradantes.”⁸²

A concepção da legislação brasileira é ampla, abrangendo as condições degradantes a que se submetem os trabalhadores dentro do conceito de trabalho em condições análogas à escravidão, como podemos observar da nova redação do artigo 149 do Código Penal: “Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto”⁸³

Tal entendimento é defendido por Evanna Soares:

“Considerada tal essência do trabalho *escravo*, ou melhor, do *trabalho em condições análogas à escravidão* - expressão mais apropriada aos dias atuais em que a escravidão é proibida pelos povos civilizados - têm-se como exploração de mão-de-obra em tais condições todos os casos em que a dignidade humana é aviltada, notadamente quando o trabalhador é iludido com promessas de bons salários e transportado sem obediência aos requisitos legais, ou impedido de sair do local de trabalho pela vigilância armada ou preso a dívidas impagáveis *contraídas* perante o empregador, ou, ainda, quando explorado sem atenção aos direitos trabalhistas elementares, tais o salário mínimo, jornada de trabalho normal, pagamento de

⁷⁹ MELO, Luís Antônio Camargo de. Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conaete). Ministério Público do Trabalho: coordenadorias temáticas/ Organização, Ricardo José Macedo de Britto Pereira. Brasília: ESMPU, 2006. P. 41

⁸⁰ MELO, Luís Antônio Camargo de. Premissas para um eficaz combate ao trabalho escravo. Revista do Ministério Público do Trabalho / Procuradoria-Geral do Trabalho — Ano 1, n. 1 (mar., 1991) — Brasília: Procuradoria-Geral do Trabalho, 1991 — v. Semestral. P. 14.

⁸¹ Idem. P. 15.

⁸² MELO, Luís Antônio Camargo de. Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conaete). Ministério Público do Trabalho: coordenadorias temáticas/ Organização, Ricardo José Macedo de Britto Pereira. Brasília: ESMPU, 2006. P. 39.

⁸³ Brasil. Código Penal brasileiro.

adicionais, repouso remunerado e boas condições de higiene, saúde e segurança no trabalho.⁸⁴

Desse modo, o trabalho em condições análogas à escravidão seria gênero, do qual o trabalho forçado e o trabalho em condições degradantes seriam espécies.⁸⁵

A OIT conceitua essa prática como trabalho forçado, como se pode observar na convenção nº 29 de 1930: “trabalho forçado é todo trabalho ou serviço que for extraído de qualquer pessoa sob ameaça de qualquer penalidade para o qual a referida pessoa não tiver se oferecido voluntariamente”⁸⁶. Esse conceito não se limita somente à escravidão, mas engloba outros tipos de exploração.

Essa definição engloba qualquer tipo de trabalho, independente do setor e independente da legalidade ou formalidade do emprego, além de abranger o trabalho realizado qualquer ser humano, incluindo crianças e estrangeiros não cidadãos. A ameaça a que se submetem pode dizer respeito à sanção criminal, violência, retenção de documentos, confinamento e a não voluntariedade diz respeito à falta de consentimento do trabalhador para assumir ou deixar o emprego.⁸⁷ Sobre a definição de trabalho forçado pela OIT, Laís Abramo e Luiz Machado:

“Segundo essa definição, trabalho forçado não pode ser equiparado apenas a baixos salários ou condições precárias de trabalho. Tampouco cobre situações premidas pela necessidade econômica, quando um trabalhador ou trabalhadora não tem condições de deixar um trabalho em razão de falta de alternativas de emprego. (...) Essa definição de trabalho forçado compõe-se de dois elementos principais: ser executado involuntariamente (ou com ausência de consentimento) e sob ameaça de uma pena (ou punição).”⁸⁸

O trabalho forçado, termo encontrado nos documentos internacionais, e o escravo se assemelham, portanto, em relação ao constrangimento ao trabalho, se diferenciando pelas condições degradantes a que se submetem os trabalhadores expostos ao trabalho escravo. Conforme entendimento de Sérgio Paulo Moreyra:

“Tanto o trabalho forçado como o escravo caracterizam-se pelo constrangimento ao trabalho. O último reveste-se de maior gravidade, pois pressupõe a degradação das condições de trabalho. O descumprimento das normas básicas de segurança e saúde, capaz de expor a risco de vida os trabalhadores”⁸⁹

Para Brito Filho, a denominação legal de trabalho em condições análogas à de escravo é a expressão adequada a ser utilizada para definir esse tipo de superexploração de

⁸⁴ SOARES, Evanna. Meios coadjuvantes de combate ao trabalho escravo pelo Ministério Público do Trabalho. <http://www.prt7.mpt.gov.br/artigos/2003/Meios_combate_trab_escravo.htm> Acesso em 20/11/13.

⁸⁵ BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. Trabalho decente: análise jurídica da exploração, trabalho forçado e outras formas de trabalho indigno. São Paulo. LTr, 2004. P. 72.

⁸⁶ Combate ao Trabalho Escravo: um manual para empregadores e empresas / Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 2011. P. 12.

⁸⁷ Idem. Ibidem.

⁸⁸ ABRAMO, Laís. MACHADO, Luiz. O combate ao trabalho forçado: um desafio global. In: VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves (Org.). Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação. São Paulo: LTr, 2006. p. 61.

⁸⁹ MOREYRA, Sérgio Paulo In: Vários autores. Trabalho escravo no Brasil contemporâneo. São Paulo: Loyola, 1999. P. 23.

trabalho nos dias atuais, já que não seria tecnicamente correto utilizar o termo escravidão, ou até mesmo escravidão contemporânea (termo adotado por vários autores, dentre eles, Sento-Sé), pois essa prática é ilícita no Brasil e esses termos soam temporalidade e não indicam com precisão o momento histórico de sua ocorrência.⁹⁰

Contudo, a abolição da escravidão não deve ser óbice à utilização do termo trabalho escravo para designar a prática ainda hoje observada no Brasil e no mundo. Afinal, esse termo é coerente com a realidade em que se encontram os trabalhadores submetidos a esse regime, pois ele não é muito diferente daquela realidade da escravidão tradicional, pelo contrário, é muitas vezes mais cruel, conforme tentamos demonstrar nesse trabalho. Nesse sentido, Sento-sé, que considera a expressão trabalho escravo contemporâneo a mais apropriada para definir o problema:

“Com efeito, a situação presente é muito assemelhada àquela do período colonial e do Brasil Império, movida também por interesses mesquinhos e escusos: ampliar abusivamente os lucros e ganhos, às custas da exploração do trabalhador.”⁹¹

Além disso, esse termo é carregado de ideologias que marcam a luta social empenhada contra essa triste realidade, mantendo viva a indignação daqueles que acreditam nos valores sociais e na dignidade da pessoa humana. Sobre a utilização do termo trabalho escravo no Brasil:

“No Brasil, o termo mais utilizado para se referir às práticas coercitivas de recrutamento de emprego é “trabalho escravo”. Essa categoria não é resultado apenas de uma discussão baseada em parâmetros históricos, filosóficos e jurídicos, mas derivou de motivações sociais e políticas que emergiram a partir de pressões de grupos de defesa dos direitos humanos.”⁹²

Por fim, a idéia de que o termo escravidão é adequado para a realidade brasileira, defendida por Sérgio Paulo Moreyra:

“Ao contrário do que possa parecer, a utilização da expressão “trabalho escravo” não constitui qualquer excesso de linguagem. Que outro nome usar para designar um sistema em que famílias inteiras são deslocadas para pontos afastados do território nacional, têm seus documentos retidos, são constrangidas a assumir dívidas para a própria sobrevivência e são obrigadas a trabalhar em condições degradantes, sob a mira da arma de pistoleiros?”⁹³

⁹⁰ Idem. P. 73.

⁹¹ SENTO-SÉ, Jairo Lins de Albuquerque. Trabalho escravo no Brasil na atualidade. São Paulo: LTr, 2000. P. 25.

⁹² ABRAMO, Laís. MACHADO, Luiz. O combate ao trabalho forçado: um desafio global. In: VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves (Org.). Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação. São Paulo: LTr, 2006. P. 68.

⁹³ MOREYRA, Sérgio Paulo In: Vários autores. Trabalho escravo no Brasil contemporâneo. São Paulo: Loyola, 1999. P. 22.

3.2. Legislação pátria e normas de direito internacional sobre o trabalho escravo contemporâneo

3.2.1. Constituição Brasileira de 1988

A Constituição Brasileira busca garantir diversos direitos sociais, valorizando o trabalhador e a dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, Delgado elenca os princípios constitucionais norteadores do direito do trabalho:

“Na verdade, são quatro os principais princípios constitucionais afirmativos do trabalho na ordem jurídico-cultural brasileira: o da valorização do trabalho, em especial do emprego; o da justiça social; o da submissão da propriedade à sua função socioambiental; e o princípio da dignidade da pessoa humana. (...)”⁹⁴

A Constituição traz, em diversos pontos do seu texto, princípios e regras que demonstram a preocupação do constituinte com a valorização do trabalho. Para Godinho, o trabalho é essencial para a democracia, pois atribui um poder social à população, por isso a Constituição o erigiu como um pilar de estruturação da ordem econômica, social e, por consequência, cultural do País,⁹⁵ como se depreende das afirmações do autor:

“A valorização do trabalho está repetidamente enfatizada pela Carta Constitucional de 1988. Desde seu “Preâmbulo” essa afirmação desponta. Demarca-se, de modo irreversível, no anúncio dos “Princípios Fundamentais” da República Federativa do Brasil e da própria Constituição (Título I). Especifica-se, de maneira didática, ao tratar dos “direitos sociais” (arts. 6º e 7º) – quem sabe para repelir a tendência abstracionista e excludente da cultura juspolítica do País. Concretiza-se, por fim, no plano da Economia e da Sociedade, ao buscar reger a “Ordem Econômica e Financeira” (Título VII), com seus “Princípios Gerais da Atividade Econômica” (art. 170), ao lado da “Ordem Social” (Título VIII) e sua “Disposição Geral” (art. 193).”⁹⁶

Nesse sentido, no preâmbulo, a Constituição dispõe sobre os direitos sociais e individuais, sobre igualdade, justiça e harmonia social que devem ser assegurados pelo Estado Democrático. No Título I, a Constituição traz como fundamentos da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (art. 1º, III e IV), além disso, define como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (art. 3º, I e III); Inúmeros direitos são elencados nos arts. 6º e 7º que enquadram o trabalho como direito social.⁹⁷

⁹⁴ DELGADO, Maurício Godinho. Direitos Fundamentais na Relação de Trabalho, Revista de Direitos e Garantias Fundamentais - nº 2, 2007, p. 14.

⁹⁵ Idem. P.15-16.

⁹⁶ Idem. P. 16.

⁹⁷ Idem. P. 17

Sobre os direitos individuais e coletivos presentes na Carta Magna que se relacionam com o direito ao trabalho digno, Lília Leonor Abreu e Deyse Jacqueline Zimmermann:

“Dentre os direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º) consta que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante (inc. III), que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação (inc. X), que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão (inc. XIII), que é livre a locomoção (inc. XV), que ninguém será privado da liberdade ou de bens sem o devido processo legal, sem mencionar a proibição de prisão por dívida (inc. LXVII).”⁹⁸

A Constituição, no capítulo dos Princípios Gerais da Atividade Econômica, em seu artigo 170, continua a tratar da valorização do trabalho e dispõe que: “A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social” e traz um rol de princípios, dentre eles: função social da propriedade; redução das desigualdades regionais e sociais; busca do pleno emprego (Art. 170, III, VII e VIII).

No título da Ordem Social, por fim, a Constituição dispõe: “A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais” (art. 193).

3.2.2. Código Penal Brasileiro

O artigo 149 do Código Penal, em sua nova redação, traz uma definição do que seria trabalho escravo contemporâneo, evidenciando quatro hipóteses de sua ocorrência: trabalho forçado, jornada exaustiva, servidão por dívida e trabalho degradante.⁹⁹ Primeiramente, então, vamos adentrar ao texto da lei:

“Redução a condição análoga à de escravo

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

⁹⁸ ABREU, Lília Leonor; ZIMMERMANN, Deyse Jacqueline. Trabalho escravo contemporâneo praticado no meio rural brasileiro: Abordagem sociojurídica. Rev. TST, Brasília, vol. 69, nº 2, jul/dez 2003. P. 143.

⁹⁹ CAMPOS, Marcelo. Olhares sobre a escravidão contemporânea: novas contribuições críticas. Ricardo Rezende Figueira, Antonia Antunes Prado (Orgs.). Cuiabá. EdUFMT, 2011. P. 199.

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I – contra criança ou adolescente;

II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.”

O trabalho forçado, segundo Campos, ocorre quando “alguém com o uso da força, violência ou arma, ordene que o trabalhador faça alguma atividade laboral”¹⁰⁰ Brito Filho entende que se enquadram nessa categoria qualquer tipo de privação da liberdade do trabalhador, como a coação psicológica, a vigilância ostensiva, a retenção de documentos ou até mesmo o cerceamento do uso de meios de transporte.¹⁰¹

A jornada exaustiva deve ser vista de acordo com a exaustão que provoque no trabalhador e não somente pelo número de horas trabalhadas. Como exemplifica o autor:

“Pode ocorrer de existir um trabalhador cortando cana por seis horas, mas o ritmo do corte da cana e as condições de trabalho ser tão extenuantes que ele não resista e tenha sua saúde gravemente comprometida”¹⁰²

A servidão por dívidas ocorre quando o empregador fornece os equipamentos de trabalho, alimentos e tudo que o trabalhador consome e, no fim, “a dívida fica impagável e o trabalhador não é autorizado a sair do trabalho enquanto não quitá-la.”¹⁰³

O trabalho degradante é aquele que degrada o trabalhador enquanto sujeito de direitos, segundo Campos:

“Se um trabalhador possui direitos trabalhistas e lhe negam todos; se o trabalhador tem direito a alojamento decente e lhe negam; se o trabalhador tem direito a tomar banho e lhe sonegam água para tomar banho; se o trabalhador tem direito à comida e lhe dão comida azeda; se o trabalhador tem direito a água potável para matar a sede na frente de trabalho e não lhe dão água; se o trabalhador tem direito a uma sombra para comer e descansar e lhe dão sol escaldante; se o trabalhador tem direito a sentar dignamente para fazer a refeição e lhe dão o chão ou a cana para sentar, então é trabalho degradante.”¹⁰⁴

O trabalho em condições análogas à de escravo pode ocorrer, como foi observado, de diversas formas e não se limita à falta de liberdade. A nova redação do artigo 149 traz vantagens para os aplicadores do direito, segundo Brito Filho:

“Primeiro, ampliou o rol de hipóteses que caracterizam o trabalho escravo, dando feição mais consentânea com o objetivo de proteger o que, de fato, é o mais

¹⁰⁰ Idem. Ibidem.

¹⁰¹ BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. Trabalho decente: análise jurídica da exploração, trabalho forçado e outras formas de trabalho indigno. São Paulo. LTr, 2004. P. 78 e 79.

¹⁰² CAMPOS, Marcelo. Olhares sobre a escravidão contemporânea: novas contribuições críticas. Ricardo Rezende Figueira, Antonia Antunes Prado (Orgs.). Cuiabá. EdUFMT, 2011. P. 199.

¹⁰³ Idem. Ibidem.

¹⁰⁴ Idem. Ibidem.

importante, que é a dignidade da pessoa humana. Segundo, tornou mais fácil a tipificação do ilícito, o que a sintética, lacônica legislação anterior não permitia.”¹⁰⁵

A alteração do código tornou mais fácil a caracterização do ilícito penal e, segundo Firmino Alves Lima: “A jurisprudência formada antes da publicação da referida norma desenvolveu elementos que foram utilizados pelo legislador criminal, sem sombra de dúvidas, pois a similitude entre as duas caracterizações é bastante intensa.”¹⁰⁶

O pleno do Supremo Tribunal Federal, em importante julgado sobre o tema, ao tratar da definição presente no artigo 149 do Código Penal, se manifestou no sentido da proteção da dignidade da pessoa humana e da adequação da caracterização do trabalho escravo às suas formas contemporâneas:

EMENTA: PENAL. REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA A DE ESCRAVO. ESCRAVIDÃO MODERNA. DESNECESSIDADE DE COAÇÃO DIRETA CONTRA A LIBERDADE DE IR E VIR. DENÚNCIA RECEBIDA.

Para configuração do crime do art. 149 do Código Penal, não é necessário que se prove a coação física da liberdade de ir e vir ou mesmo o cerceamento da liberdade de locomoção, bastando a submissão da vítima “a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva” ou “a condições degradantes de trabalho”, condutas alternativas previstas no tipo penal.

A “escravidão moderna” é mais sutil do que a do século XIX e o cerceamento da liberdade pode decorrer de diversos constrangimentos econômicos e não necessariamente físicos. Priva-se alguém de sua liberdade e de sua dignidade tratando-o como coisa e não como pessoa humana, o que pode ser feito não só mediante coação, mas também pela violação intensa e persistente de seus direitos básicos, inclusive do direito ao trabalho digno. A violação do direito ao trabalho digno impacta a capacidade da vítima de realizar escolhas segundo a sua livre determinação. Isso também significa “reduzir alguém a condição análoga à de escravo”.

Não é qualquer violação dos direitos trabalhistas que configura trabalho escravo. Se a violação aos direitos do trabalho é intensa e persistente, se atinge níveis gritantes e se os trabalhadores são submetidos a trabalhos forçados, jornadas exaustivas ou a condições degradantes de trabalho, é possível, em tese, o enquadramento no crime do art. 149 do Código Penal, pois os trabalhadores estão recebendo o tratamento análogo ao de escravos, sendo privados de sua liberdade e de sua dignidade.

Denúncia recebida pela presença dos requisitos legais.

(STF - Inq: 3412 AL, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, Redatora do acórdão: Min. Rosa Weber Data de Julgamento: 29/03/2012, Tribunal Pleno, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-222 DIVULG 09-11-2012 PUBLIC 12-11-2012)

3.2.3. Tratados e Convenções Internacionais

Diversos tratados internacionais tratam da escravidão, sendo a Convenção Sobre a Escravatura (1926), proclamada pela Liga das Nações, precursora da ONU, um marco

¹⁰⁵ BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. Trabalho com redução à condição análoga à de escravo: análise a partir do trabalho decente e de seu fundamento, a dignidade da pessoa humana. In: VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves (Org.). Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação. São Paulo: LTr, 2006. p. 127.

¹⁰⁶ LIMA, Firmino Alves. A jurisprudência sobre a caracterização do trabalho em condições análogas à de escravo no Brasil. In: VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves (Org.). Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação. São Paulo: LTr, 2006. P. 200.

que encerra os séculos de escravidão mercantil africana que a antecederam.¹⁰⁷ Ela define a escravidão como: “o estado ou condição de um indivíduo sobre o qual se exercem, total ou parcialmente, os atributos do direito à propriedade”¹⁰⁸. Nanci Carvalho sobre a importância dessa Convenção:

“O debate filosófico e prático entreaberto pela convenção inicial da Liga das Nações foi absorvido, juntamente com as edificações majestosas de Genebra, pela Organização das Nações Unidas (ONU), sua sucedânea. Perdura nos dias de hoje, em todas as regiões mundiais, resultando em número significativo de especificações legais nacionais e internacionais, secundado pela ação informada de um conjunto de organizações da sociedade civil que se dedicam a estudar e denunciar a permanência bárbara da escravidão.”¹⁰⁹

A OIT adotou duas convenções sobre o tema em questão: Convenção sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, 1930 (nº29); Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado 1957, (n. 105). Ambas as Convenções foram ratificadas pelo Brasil. Relatório da OIT nos traz uma noção sobre o conteúdo de cada uma das convenções:

“A primeira (Convenção sobre Trabalho Forçado) dispõe sobre a eliminação do trabalho forçado ou obrigatório em todas as suas formas. Admite algumas exceções de trabalho obrigatório, tais como o serviço militar, o trabalho penitenciário adequadamente supervisionado e o trabalho obrigatório em situações de emergência, como guerras, incêndios, terremotos, entre outros. A segunda (Convenção sobre Abolição do Trabalho Forçado) trata da proibição do uso de toda forma de trabalho forçado ou obrigatório como meio de coerção ou de educação política; castigo por expressão de opiniões políticas ou ideológicas; medida disciplinar no trabalho, punição por participação em greves; como medida de discriminação.”¹¹⁰

A Convenção nº 105 é um complemento da Convenção nº 29, já que esta nos traz uma proibição geral da prática do trabalho escravo, enquanto a primeira traz casos específicos e está ligada ao contexto histórico do pós Segunda Guerra Mundial em que foi adotada.¹¹¹

A Convenção nº 29 nos remete, ainda, ao conceito de trabalho escravo, trabalhado em tópico anterior.

A ratificação da Convenção nº29 traz uma obrigação aos Estados de reconhecer situações de trabalho forçado em seu território, além disso, a convenção prescreve um dever de estabelecer punições no âmbito penal de forma rigorosa, adequando as suas legislações

¹⁰⁷ CARVALHO, Nanci. Olhares sobre a escravidão contemporânea: novas contribuições críticas. Ricardo Rezende Figueira, Antonia Antunes Prado (Orgs.). Cuiabá. EdUFMT, 2011. P. 239.

¹⁰⁸ Art. 1º da Convenção Sobre a Escravidão.

¹⁰⁹ Idem. P. 240.

¹¹⁰ Trabalho escravo no Brasil do século XXI / Coordenação do estudo Leonardo Sakamoto. — [Brasília]: Organização Internacional do Trabalho, 2007. P. 31.

¹¹¹ ABRAMO, Laís. MACHADO, Luiz. O combate ao trabalho forçado: um desafio global. In: VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves (Org.). Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação. São Paulo: LTr, 2006. P. 63.

pátrias e o seu contexto social para estabelecer sanções penais para condenar essa prática. Conforme explica Laís Abramo e Luiz Machado:

“A Convenção estabelece ainda que o trabalho forçado deve ser punido como um crime, e que cada Estado que ratificar tem a obrigação de assegurar que as sanções impostas pela lei sejam adequadas e rigorosamente aplicadas.¹¹² (...) As legislações nacionais devem tipificar a prática levando em conta as particularidades econômicas, sociais e culturais do contexto em que ela se insere (...).”¹¹³

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 1948, é outro grande exemplo no qual a comunidade internacional condena a prática do trabalho escravo. Nesse sentido, dispõe que “ninguém será mantido em escravidão nem em servidão; a escravatura e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas (...). Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho.”¹¹⁴

Por fim, o Brasil é signatário da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San Jose da Costa Rica – Decreto n.º 678/1992), que dispõe: “Ninguém pode ser submetido à escravidão ou à servidão, e tanto estas como o tráfico de escravos e o tráfico de mulheres são proibidos em todas as formas.”

¹¹² “A imposição ilegal de trabalho forçado ou obrigatório será passível de sanções penais e todo País-membro que ratificar esta Convenção terá a obrigação de assegurar que as sanções impostas por lei sejam realmente adequadas e rigorosamente cumpridas.” (art. 25 da Convenção n.º 29).

¹¹³ ABRAMO, Laís. MACHADO, Luiz. O combate ao trabalho forçado: um desafio global. In: VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves (Org.). Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação. São Paulo: LTr, 2006. p. 63.

¹¹⁴ Art. IV e XXIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Capítulo 4 - Programas e ações governamentais de combate ao trabalho escravo no Brasil

4.1. Ministério do Trabalho e Emprego

Após o reconhecimento da escravidão no Brasil, foram adotadas medidas para enfrentar o problema e, desde então, a experiência brasileira se fortaleceu e tornou-se uma referência internacional. O Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) foi criado em 27 de junho de 1995, no âmbito do Ministério do Trabalho e visava, segundo Ruth Vilela e Rachel Cunha:

“centralizar o comando para diagnosticar e dimensionar o problema; garantir a padronização dos procedimentos e supervisão direta dos casos fiscalizados; assegurar o sigilo absoluto na apuração das denúncias; deixar a fiscalização local livre de pressões e ameaças...”¹¹⁵

Além dele, foi criado o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho forçado, que foi substituído posteriormente pela Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE).¹¹⁶

O Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, lançado em 2003 criou metas para nortear a ação governamental e da sociedade Civil. Em 2003 também foi criada a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo com a finalidade de monitorar a execução do Plano Nacional. Sobre essa comissão, Laís Abramo e Luís Machado:

“A CONATRAE é integrada por diversos ministérios, representantes de empregadores, de trabalhadores e de entidades não governamentais que possuem atividades relevantes em relação ao tema.”¹¹⁷

Em 17 de abril de 2008, é aprovado o 2º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo que busca dar continuidade ao trabalho que já estava sendo elaborado, conforme consta na apresentação desse plano:

“atualiza as diretrizes de enfrentamento ao trabalho escravo, contemplando os cinco anos de experiências, desde o lançamento do primeiro plano, ao tempo que introduz importantes modificações, resultado de contribuições das distintas frentes de luta contra a exploração do trabalho humano.”¹¹⁸

Outro instrumento importante do Ministério do Trabalho se refere ao Cadastro de Empregadores Flagrados Explorando Trabalhadores na Condição Análoga à de Escravos,

¹¹⁵ VILELA, Ruth Beatriz Vasconcelos e CUNHA, Raquel Maria Andrade. A experiência do grupo Especial de Fiscalização Móvel no Combate ao Trabalho Escravo. In: Vários autores. Trabalho escravo no Brasil contemporâneo. São Paulo: Loyola, 1999. P. 37.

¹¹⁶ ABRAMO, Laís. MACHADO, Luiz. O combate ao trabalho forçado: um desafio global. In: VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves (Org.). Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação. São Paulo: LTr, 2006. P. 70.

¹¹⁷ Idem. Ibidem.

¹¹⁸ Brasil. Presidência da república. Secretaria de Direitos Humanos. II Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo/ Secretaria de Direitos Humanos – Brasília: SDH, 2008.

conhecida como “lista suja do trabalho escravo”. Daniel de Matos Sampaio Chagas descreve o conceito dessa lista:

“(...) o cadastro instituído pela Portaria n. 540/2004 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que agrupa os nomes de empregadores flagrados na exploração de trabalhadores em condições análogas às da escravidão e condenados administrativamente pelas infrações à legislação do trabalho. Em verdade, o epíteto “Lista Suja” representa, intencionalmente ou não, uma forma de estigmatização. No entanto, o adjetivo “suj” talvez represente um eufemismo para qualificar algumas das práticas que são constatadas pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), pois os empregadores não se cansam de inovar nas formas de degradar os trabalhadores.”¹¹⁹

A portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (Portaria nº 540/2004) que institui esse cadastro de empregadores dispõe que inclusão de nomes na lista depende de um processo administrativo, que como tal, deve assegurar o contraditório e a ampla defesa, in verbis:

“Art. 2º A inclusão do nome do infrator no Cadastro ocorrerá após decisão administrativa final relativa ao auto de infração lavrado em decorrência de ação fiscal em que tenha havido a identificação de trabalhadores submetidos a condições análogas à de escravo.”

Segundo a portaria, a Fiscalização do Trabalho monitorará pelo período de dois anos após a inclusão do nome do infrator no Cadastro para verificação da regularidade das condições de trabalho. Não havendo reincidência, e quitada as obrigações, tais como multas e os débitos trabalhistas, o seu nome será então excluído.¹²⁰

Esse cadastro é repassado a diversos órgãos governamentais, dentre eles: Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Integração Nacional; Ministério da Fazenda; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Banco Central do Brasil; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; Banco do Brasil S/A; XI - Caixa Econômica Federal; Banco da Amazônia S/A; e Banco do Nordeste do Brasil S/A¹²¹.

O objetivo de repassar-lhes o cadastro é transmitir informações que possam ajudar no combate e erradicação do trabalho escravo às instituições comprometidas com o assunto e, desse modo, articular as políticas públicas. Segundo Daniel Chagas:

“(...) a racionalidade da instituição do cadastro é selecionar, em virtude da gravidade e da intensidade, as infrações flagradas pela fiscalização e reuni-las num cadastro específico para fins de informar a outros órgãos e entidades comprometidos com a erradicação do trabalho escravo, cuja atuação pode ser favorecida ou potencializada pelo acesso à informação. (...) E nem poderia ser diferente, afinal, seria

¹¹⁹ CHAGAS, Daniel de Matos Sampaio. O Ministério do Trabalho e Emprego e os Subsídios para Defesa Judicial da União nas Ações Relativas ao Cadastro de Empregadores do Trabalho Escravo. Possibilidades Jurídicas de Combate à Escravidão Contemporânea. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2007. P. 15

¹²⁰ Portaria 540/2004. Ministério do Trabalho e Emprego, Art. 4º.

¹²¹ Idem.

contraproducente que o Governo Federal viesse a, por intermédio da ação do Ministério do Trabalho e Emprego, reprimir o trabalho escravo ao mesmo tempo em que outro órgão ou ente, por desconhecer a ação do primeiro, viesse a estimulá-lo ou mesmo a ignorá-lo. Da eventual desarticulação de políticas públicas é que geralmente se aproveitam os particulares que desenvolvem suas atividades ao arrepio dos valores que protegem a dignidade humana.”¹²²

Essa portaria ministerial foi complementada e teve sua eficácia maximizada com a edição da Portaria 1.150 do Ministério da Integração Nacional, que prevê que as instituições financeiras serão recomendadas a não fornecerem créditos bancários àqueles empresários que constem na lista suja do trabalho escravo.¹²³

Ambas as portarias tem se mostrado eficazes no combate ao trabalho escravo, pois a exposição dos infratores e a limitação do crédito são medidas modernas que podem até mesmo inviabilizar o negócio. Marco Túlio Viana disserta:

“São regras simples, quase telegráficas. Não obstante, exatamente porque se utilizam de elementos da própria globalização, mostram um potencial de efetividade superior ao das próprias normas penais; e abrem espaço para ações de múltiplos atores.”¹²⁴

O fenômeno da Responsabilidade Social da empresa presente no capitalismo moderno é um fator que ajuda a tornar eficazes essas medidas. Com o acesso à informação disseminado pelos meios de comunicação em massa, os consumidores estão preocupados não somente com os produtos que consomem, mas também com a imagem da empresa que os fornece, buscando um consumo consciente. Nesse sentido, aponta o mesmo autor:

“Assim, o mesmo modelo que induz o trabalho escravo acaba fornecendo instrumentos para o seu combate. A imagem da empresa, boa ou má, contamina o produto que ela fabrica e – por extensão – o próprio cidadão que o consome.”¹²⁵

Os consumidores, diante dessas informações, são induzidos a fazer boicote aos produtos relacionados com o trabalho escravo. Em 2005, mais de 70 empresas celebraram o Pacto Nacional contra o Trabalho Escravo, ficando obrigadas a não usar produtos provenientes de fornecedores que apareçam na lista suja. Assim, observa Viana:

“Desse modo, na medida em que as portarias, por via oblíqua, incentivam o consumo solidário – seja por parte do grande público, seja entre as empresas da rede – acabam potencializando o combate ao trabalho escravo.”¹²⁶

¹²² CHAGAS, Daniel de Matos Sampaio. O Ministério do Trabalho e Emprego e os Subsídios para Defesa Judicial da União nas Ações Relativas ao Cadastro de Empregadores do Trabalho Escravo. Possibilidades Jurídicas de Combate à Escravidão Contemporânea. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2007. P. 23.

¹²³ Vide texto da Portaria 1.150 do Ministério da Integração Nacional:

“Art. 2º Recomendar aos agentes financeiros que se abstenham de conceder financiamentos ou qualquer outro tipo de assistência com recursos sob a supervisão deste Ministério para as pessoas físicas e jurídicas que venham a integrar a relação a que se refere o art. 1º.”

¹²⁴ VIANA, Marco Túlio. Trabalho escravo e “Lista Suja”: um modo original de se remover uma mancha. Possibilidades Jurídicas de Combate à Escravidão Contemporânea. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2007. P. 34.

¹²⁵ Idem. P. 42.

¹²⁶ Idem. P. 55.

A efetividade dessas ações tem incomodado os empregadores que se utilizam dessa prática, que as tornaram alvo de críticas e ações judiciais, tais como o mandado de segurança e as ações anulatórias do ato administrativo.

No entanto, na maioria dos casos, o Poder Judiciário tem se mostrado preocupado em maximizar a eficácia dos direitos fundamentais, objetivando dar efetividade ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, Daniel Chagas:

“o Poder Judiciário vai sinalizando na direção oposta e construindo um juízo mais bem delineado sobre o tema. São cada vez mais freqüentes os julgados nos quais se adota posição firme no sentido de reconhecer a legalidade e a constitucionalidade do cadastro. Posição inversa indicaria praticamente um sinal verde para que o trabalho escravo, a despeito do seu combate incidental, viesse a se tornar um problema acerca do qual as ações empreendidas pelo Estado e demais atores sociais não representassem mais que paliativos.”¹²⁷

Um dos obstáculos à aplicação dessas portarias é a fixação dos limites ao reconhecimento do trabalho escravo e das condições degradantes. Esse problema deve ser resolvido no caso concreto, utilizando-se critérios objetivos que, apesar de restringirem o conceito, não o reduzem àquele modelo da escravidão típica. Segundo Marco Túlio, haveria cinco hipóteses possíveis de caracterização da prática do trabalho escravo.¹²⁸

A primeira delas seria a restrição da liberdade, o trabalho escravo stricto sensu. Essa restrição da liberdade deve ser entendida de forma relativa, não se limitando, portanto, à vigilância armada. O Manual de Combate ao trabalho em Condições Análogas às de Escravo apresenta algumas situações em que ocorre essa restrição, apresentadas a seguir.¹²⁹

Uma delas diz respeito à localização geográfica da propriedade e dos alojamentos, como se depreende do texto do manual:

“A localização geográfica da propriedade/ local de trabalho pode, por si só, ser elemento de cerceamento de liberdade dos trabalhadores. Muitas vezes, o acesso aos centros urbanos e às vias dotadas de transporte público é praticamente impossível dado, não só à distância, mas também à precariedade das vias de acesso. (...) É necessário apurar a disposição do empregador de reter, segundo seu arbítrio, o trabalhador no local de trabalho.”¹³⁰

Outro fator que impossibilita a saída da propriedade pelo trabalhador é a presença de familiares, tais como mulher e filhos pequenos. Nesses casos, há um risco de perseguição pelos “gatos” ou fiscais do empregador ou, até mesmo, de a família do empregado sofrer represálias ou ser levada para outra localidade, quebrando-se o núcleo familiar.

¹²⁷ CHAGAS, Daniel de Matos Sampaio. O Ministério do Trabalho e Emprego e os Subsídios para Defesa Judicial da União nas Ações Relativas ao Cadastro de Empregadores do Trabalho Escravo. Possibilidades Jurídicas de Combate à Escravidão Contemporânea. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2007. P. 17.

¹²⁸ VIANA, Marco Túlio. Trabalho escravo e “Lista Suja”: um modo original de se remover uma mancha. Possibilidades Jurídicas de Combate à Escravidão Contemporânea. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2007. P. 45.

¹²⁹ Manual de Combate ao Trabalho em Condições Análogas às de Escravo. Brasília. MTE, 2011. P. 19 a 23.

¹³⁰ Idem. P. 20.

Outra forma de se manter o trabalhador na localidade é por meio do seu endividamento, que se dá com transporte ao local de trabalho ou pela compra de produtos de higiene e alimentação vendidos pelo próprio empregador, que faz anotações em um caderno e desconta posteriormente da remuneração a ser paga ao trabalhador.

Além disso, a restrição da liberdade se dá por meio da retenção de documentos, medida geralmente utilizada quando o trabalhador é estrangeiro e encontra-se em situação migratória irregular.

A segunda hipótese apresentada por Marco Túlio para a caracterização do trabalho escravo seria relacionada com as condições de trabalho “como a jornada exaustiva de que nos fala o CP – seja ela extensa ou intensa – como o poder diretivo exacerbado, o assédio moral e situações análogas.”¹³¹

A terceira hipótese levantada diz respeito ao salário que deve corresponder, pelo menos, ao salário mínimo e deve observar os descontos permitidos em lei. O desrespeito a essas regras justifica a inclusão do empregador na lista suja.

A quarta categoria levantada pelo autor diz respeito às condições de saúde do empregado, independentemente do acampamento em que vive se localizar dentro ou fora dos limites da propriedade do empregador. Devem ser fornecidos aos trabalhadores equipamentos de proteção de trabalho, instalações sanitárias, fornecimento de água potável, alimentação sadia e farta, e alojamentos condizentes com as regras pertinentes aos estabelecimentos fiscalizados.¹³²

A quinta categoria que caracteriza o trabalho degradante é observada quando o trabalhador não possui outra opção além de submeter-se ao trabalho escravo. Explica o autor:

“Mas mesmo quando o trabalhador é deslocado para uma periferia qualquer, e de lá transportado todos os dias para o local de trabalho, parece-nos que a solução não deverá ser diferente. Basta que a empresa repita os caminhos da escravidão, desenraizando o trabalhador e não lhe dando outra opção senão a de viver daquela maneira. Esta seria a quinta categoria de condições degradantes.”¹³³

Os fiscais do trabalho e o Grupo Especial de Fiscalização Móvel atuam nas propriedades onde existe denúncia da presença de trabalho escravo, o desempenho desses atores se revela como a base de atuação na estratégia contra o trabalho escravo. Desse modo, são responsáveis por enquadrar os infratores, que, possivelmente, constarão na lista suja instituída pela portaria do ministério do trabalho, sem prejuízo de outras sanções que possam sofrer. Nesse sentido, relatório da OIT:

¹³¹ VIANA, Marco Túlio. Trabalho escravo e “Lista Suja”: um modo original de se remover uma mancha. Possibilidades Jurídicas de Combate à Escravidão Contemporânea. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2007. P. 45.

¹³² Manual de Combate ao Trabalho em Condições Análogas às de Escravo. Brasília. MTE, 2011. P. 23 a 28.

¹³³ VIANA, Marco Túlio. Trabalho escravo e “Lista Suja”: um modo original de se remover uma mancha. Possibilidades Jurídicas de Combate à Escravidão Contemporânea. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2007. P. 45.

“O combate à escravidão no Brasil tem como eixo principal os Grupos Móveis de Fiscalização, que checam denúncias in loco, libertam os trabalhadores e autuam os proprietários rurais. As ações civis, denúncias, condenações, restrições ao crédito, identificação da cadeia produtiva e até a desapropriação de terra dependem do esforço preliminar realizado por essas equipes, coordenadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.”¹³⁴

O Grupo Especial de Fiscalização Móvel na Repressão ao Trabalho Escravo (GEFM) é coordenado pelo Ministério do Trabalho por meio de sua Secretaria de Inspeção ao Trabalho. O grupo tem a atuação coordenada de sete equipes de diferentes órgãos governamentais, como descreve Ruth Villela:

“O Grupo é constituído, hoje, de sete equipes, integradas por auditores-fiscais do trabalho, delegados e agentes da Polícia Federal (PF) e procuradores do Ministério Público do Trabalho e, em certas circunstâncias, por membros da Procuradoria-Geral da República, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).”¹³⁵

A atuação dessas operações busca a retirada os trabalhadores dos locais, garantindo o recebimento das verbas trabalhistas, além de acionar demais órgãos para tomar outras providências necessárias. A autora explica que algumas demandas imediatas dos trabalhadores surgem após a libertação:

“Desde as mais prosaicas como alojamento, alimentação e identificação – a maioria dos trabalhadores não possui nenhum tipo de documento – até o atendimento médico hospitalar (...) outro desafio é garantir aos trabalhadores libertados proteção durante o seu retorno aos locais de origem.”¹³⁶

O MTE se encarrega tanto dessa assistência emergencial, como das providências iniciais para o recebimento do seguro-desemprego (estabelecido pela lei nº 5.864/2002) aos resgatados.¹³⁷

Por fim, devemos frisar que, apesar de reconhecida efetividade na atuação do grupo móvel e dos avanços nas medidas repressivas do trabalho escravo, estas tem se mostrado insuficientes, pois somente com políticas de desenvolvimento de equidade social podemos eliminar as causas estruturais do problema. Nesse sentido, disserta Villela:

“Nessa ótica, ganham especial relevo políticas e programas que viabilizem, em escala ampliada, o acesso dos trabalhadores à terra, ao crédito e a outros meios de produção; a redes de produção-consumo-comercialização; à educação fundamental;

¹³⁴ Trabalho escravo no Brasil do século XXI / Coordenação do estudo Leonardo Sakamoto. — [Brasília]: Organização Internacional do Trabalho, 2007. P. 53.

¹³⁵ VILLELA, Ruth. A experiência do Ministério do Trabalho e Emprego e Instituições Parceiras no Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo. In: Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia/ Organizadores: Gelba Cavalcante de Cerqueira, Ricardo Rezende Figueira, Adonia Antunes Prado e Célia Maria Leite Costa; Apresentação Suely Souza de Almeida. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. P.143.

¹³⁶ VILELA, Ruth Beatriz Vasconcelos e CUNHA, Raquel Maria Andrade. A experiência do grupo Especial de Fiscalização Móvel no Combate ao Trabalho Escravo. In: Vários autores. Trabalho escravo no Brasil contemporâneo. São Paulo: Loyola, 1999. P. 38.

¹³⁷ VILLELA, Ruth. A experiência do Ministério do Trabalho e Emprego e Instituições Parceiras no Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo. In: Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia/ Organizadores: Gelba Cavalcante de Cerqueira, Ricardo Rezende Figueira, Adonia Antunes Prado e Célia Maria Leite Costa; Apresentação Suely Souza de Almeida. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. P.144.

à formação para o trabalho e o empreendedorismo; à saúde; aos direitos humanos; e a outros bens materiais e simbólicos.”¹³⁸

4.2. Ministério Público e a ação civil pública

O Ministério Público do Trabalho participa das ações do Grupo Móvel de fiscalização das propriedades com suspeita de trabalho escravo desde a criação do grupo nos locais onde havia forte colaboração entre os auditores fiscais e procuradores e, de forma sistemática, desde 2002, a partir da criação de uma comissão interna, em 2001, para discutir a questão, e da Coordenadoria Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, em 2002.¹³⁹ Nesse sentido, Luís Antônio Camargo de Melo:

“In loco, os membros do Parquet podem providenciar a imediata coleta de informações e reunir evidências indispensáveis ao ajuizamento de ações coletivas ou à adoção de medidas urgentes para a defesa e tutela dos interesses envolvidos, notadamente a liberdade, a vida e a integridade física de cidadãos submetidos a essa execrável forma de exploração de mão-de-obra”.¹⁴⁰

Se o procurador do trabalho constata, à luz do art. 149 do Código Penal, a prática do trabalho escravo ele pode propor um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta ou pode levar o debate do caso à Justiça do Trabalho, em regra, com o instrumento da ação civil pública ou, quando não se satisfaz imediatamente o direito dos trabalhadores na operação do grupo móvel, ingressa com ação civil coletiva. Segundo Erlan José Peixoto do Prado:

“Pode-se propor a assinatura de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) ao responsável pela situação encontrada, no qual são inseridas obrigações de fazer e não-fazer, além de multas (astreintes) pelo descumprimento do pactuado. Não tendo sido proposto o TAC, ou na hipótese de recusa de sua assinatura, o MPT pode levar a discussão à Justiça do Trabalho, em regra no bojo de ações civis públicas, cujo objeto é coincidente com o próprio TAC.”¹⁴¹

A competência de ajuizar ações civis públicas e civis coletivas que visam à condenação dos infratores ao pagamento de indenizações está presente na lei complementar nº 75/93, art. 83, inciso III que trata da competência do Ministério Público do Trabalho junto à Justiça do Trabalho, in verbis: “promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos.”

¹³⁸ Idem. P.154.

¹³⁹ Trabalho escravo no Brasil do século XXI / Coordenação do estudo Leonardo Sakamoto. — [Brasília]: Organização Internacional do Trabalho, 2007. P. 58.

¹⁴⁰ MELO, Luís Antônio Camargo de. Atuação do Ministério Público do Trabalho no Combate ao Trabalho Escravo – crimes contra a organização do trabalho e demais crimes conexos. Possibilidades Jurídicas de Combate à Escravidão Contemporânea. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2007. P. 72.

¹⁴¹ PRADO, Erlan José Peixoto do Prado. Ações e os Limites do Poder Judiciário e do Ministério Público para Erradicar o Trabalho Escravo. In: Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia/ Organizadores: Gelba Cavalcante de Cerqueira, Ricardo Rezende Figueira, Adonia Antunes Prado e Célia Maria Leite Costa; Apresentação Suely Souza de Almeida. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. P.186.

Esses instrumentos da ação civil pública e ação civil coletiva tem se mostrado cada vez mais efetivos no combate ao trabalho escravo. Inclusive, a Justiça do Trabalho brasileira foi pioneira ao proferir a primeira condenação de danos morais coletivos no mundo.¹⁴² Segundo relatório da OIT:

“Com os valores cada vez maiores das indenizações, o trabalho escravo começa a deixar de ser um bom negócio para os empresários e a tendência é que isso contribua para a adequação dos criminosos à legislação.”¹⁴³

Os valores atribuídos nessas condenações, em regra se revertem ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, mas, em alguns casos, são destinados às instituições que lutam contra o trabalho escravo ou mesmo para campanhas educativas sobre o tema.¹⁴⁴

A atuação do Ministério Público do Trabalho se dá em conjunto com diversos outros atores. Além da participação conjunta com outros órgãos na atuação do Grupo Móvel, o Parquet trabalhista conta com o apoio de diversos parceiros, que muitas vezes fazem denúncias. Melo descreve essa busca de integração com outros atores realizada pelo Ministério Público do Trabalho:

“O fortalecimento dessas parcerias sempre foi uma das metas prioritárias da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONAETE), destacando-se a atuação do Ministério do Trabalho e Emprego, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Justiça do Trabalho e Justiça Federal, Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Ministério Público Federal, Departamento da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal.”¹⁴⁵

A participação da sociedade civil, principalmente na realização de denúncias, é muito importante para possibilitar a atuação do Parquet, pois boa parte das investigações se inicia com delações realizadas por e-mail ou nas sedes das Procuradorias.¹⁴⁶ Daí a necessidade de dar uma satisfação à sociedade, mostrando o trabalho realizado, enfatizando as vitórias para que essa parceria continue firme e dando resultados.

¹⁴² Idem. P.187.

¹⁴³ Trabalho escravo no Brasil do século XXI / Coordenação do estudo Leonardo Sakamoto. — [Brasília]: Organização Internacional do Trabalho, 2007. P. 59.

¹⁴⁴ PRADO, Erlan José Peixoto do Prado. Ações e os Limites do Poder Judiciário e do Ministério Público para Erradicar o Trabalho Escravo. In: Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia/ Organizadores: Gelba Cavalcante de Cerqueira, Ricardo Rezende Figueira, Adonia Antunes Prado e Célia Maria Leite Costa; Apresentação Suely Souza de Almeida. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. P.187.

¹⁴⁵ ¹⁴⁵ MELO, Luís Antônio Camargo de. Atuação do Ministério Público do Trabalho no Combate ao Trabalho Escravo – crimes contra a organização do trabalho e demais crimes conexos. Possibilidades Jurídicas de Combate à Escravidão Contemporânea. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2007. P. 72.

¹⁴⁶ Idem. P. 72.

4.3. Poder Legislativo

4.3.1. PEC do trabalho escravo

Uma breve exposição sobre Projeto de Emenda Constitucional que prevê o confisco de terras para fins de reforma agrária nos locais onde forem encontrados trabalhadores em condições análogas às de escravo se faz necessária, haja vista o momento crucial que estamos vivendo.

A PEC, que já havia sido aprovada no Senado Federal, foi aprovada na Câmara dos Deputados em maio do ano passado sob a numeração 438/2001 e voltou para a sua casa de origem por ter sofrido modificações. Novamente no Senado, já passou pela Comissão de Constituição e Justiça, tendo sido incluída em ordem do dia algumas vezes nos últimos meses para votação dos senadores sob o número 57A.¹⁴⁷

O relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, Senador Aloysio Nunes Ferreira, proferiu parecer favorável à aprovação da emenda. Segundo o Senador:

“Ao permitir o confisco do imóvel em que houver trabalho escravo, o país dará um sinal inequívoco de que está empenhado em inibir a prática desse tipo de crime que fere, não só as leis trabalhistas, mas, antes de tudo, os direitos humanos.”¹⁴⁸

Segundo consta no parecer¹⁴⁹, a emenda “determina que as propriedades rurais e urbanas de qualquer região do país onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º.”

Além disso, “altera, ainda, o parágrafo único do mesmo artigo para dispor que todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com a destinação específica, na forma da lei.”

Com a aprovação na Comissão de Constituição e Justiça, a proposta, que tramita a mais de 13 anos no Congresso, segue para o plenário para ser apreciada em dois turnos sofrendo forte oposição da bancada ruralista.

A chamada Bancada Ruralista tenta condicionar a aprovação da Emenda à descaracterização do que é trabalho escravo. No entanto, Daniel Santini, trazendo os argumentos de carta aberta aos senadores da Relatora da ONU, a advogada armênia Gulnara

¹⁴⁷ Para acompanhar o andamento da PEC 57 A no Senado:

<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=105791>Acesso em 02/12/2013.

¹⁴⁸ Parecer Senado Federal –

<<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/126554.pdf>>Acesso em 02/12/2013.

¹⁴⁹ Idem.

Shahinian, explica como esse posicionamento é prejudicial para os avanços no combate ao trabalho escravo:

“Além do risco de tornar inócua a PEC do Trabalho Escravo, a negociação de uma nova definição legal pode atrasar ainda mais a votação. Em sua mensagem, a relatora manifesta preocupação com a discussão de um novo conceito e defende que o atual, detalhado no Artigo 149 do Código Penal, atende plenamente ao que está previsto nas convenções internacionais contra trabalho forçado das quais o Brasil é signatário. Ela ressalta que o trabalho desenvolvido pelo país no combate é exemplar (...).”¹⁵⁰

A Organização Internacional do Trabalho também afirma que a definição de trabalho escravo do art. 149 do Código Penal é consistente com as Convenções Internacionais. Nesse sentido, A OIT em nota à imprensa:

“as Convenções da OIT são patamares mínimos. Os Estados-Membros que as ratifiquem estão obrigados a respeitar esses patamares mínimos e, ao mesmo tempo, são soberanos para desenvolver suas legislações além desses patamares da forma que considerem mais conveniente.”¹⁵¹

A OIT ainda cita o Brasil como uma referência internacional contra a prática do trabalho escravo:

“O Brasil é um exemplo, para a comunidade internacional, de um país fortemente comprometido com o enfrentamento da escravidão contemporânea. Desde 2002, a OIT tem trabalhado de forma muito próxima ao governo e aos atores sociais na promoção das suas Convenções que tratam do tema (número 29 e 105) e no fortalecimento das capacidades nacionais para enfrentar essa grave violação dos direitos humanos e dos direitos e princípios fundamentais no trabalho. Entre 1995 e outubro de 2013, mais de 46.000 trabalhadores foram libertados de situações de trabalho forçado no país, segundo os dados do Ministério do Trabalho e Emprego.”¹⁵²

¹⁵⁰ SANTINI, Daniel. Relatora da ONU defende aprovação imediata da PEC no Senado. <<http://www.trabalhoescravo.org.br/noticia/71>> Acesso em 02/12/2013.

¹⁵¹ Código Penal é consistente com Convenções internacionais para punir trabalho forçado, diz a OIT <<http://www.oit.org.br/content/codigo-penal-e-consistente-com-convencoes-internacionais-para-punir-trabalho-forcado-diz-oit>> Acesso em 02/12/2013.

¹⁵² Código Penal é consistente com Convenções internacionais para punir trabalho forçado, diz a OIT <<http://www.oit.org.br/content/codigo-penal-e-consistente-com-convencoes-internacionais-para-punir-trabalho-forcado-diz-oit>> Acesso em 02/12/2013.

Considerações Finais

No decorrer da pesquisa, pôde-se concluir que a escravidão contemporânea está diretamente ligada com as mazelas sociais, tais como desigualdade, concentração de renda, concentração de terras, falta de educação e com o sentimento de impunidade dos infratores. Atualmente, a escravidão não está relacionada com a cor de pele, mas sim com as condições sociais dos trabalhadores e com o desejo dos empregadores de extrair o máximo de lucro possível das suas produções.

A prática do trabalho escravo na contemporaneidade é inaceitável e repugnante, indo contra os princípios constitucionais mais basilares como a dignidade da pessoa humana, a valorização do trabalho e a justiça social. Apesar dos avanços significativos no combate a essa violação dos direitos humanos, ainda há muito a que ser feito.

Felizmente, essa realidade tem se transformado com a mudança na legislação do Código Penal que, acertadamente, ampliou o conceito de trabalho escravo para abranger as condições degradantes a que se submete o trabalhador, pois essa situação não deve ser observada somente em relação à privação da liberdade, como ocorria na escravidão tradicional, mas também deve ser observada a violação da dignidade do trabalhador para configurar esse grave ilícito.

Outros fatores que tem contribuído no combate ao trabalho escravo são a criação a lista suja, a restrição de crédito para infratores e as condenações cada vez mais altas nas ações civis públicas e ações coletivas impetradas pelo Ministério Público do Trabalho.

A sensação de impunidade que faz valer a pena infringir as leis tem ficado abalada com essas sanções que afetam, principalmente, a situação econômica do empregador. No entanto, somente com penas mais eficientes, tais como condenações penais duras, ou como a perda da propriedade na qual se encontre trabalhadores em condições análogas à escravidão, sugerida no texto do Projeto de Emenda Constitucional, os empregadores vão se abster do uso dessa prática, pois ela deixará de ser tão lucrativa.

A gravidade da escravidão contemporânea decorre de múltiplos fatores e, para se chegar à erradicação dessa prática, deve haver uma mudança geral da sociedade, com a

conjugação de esforços de todos os segmentos sociais e dos órgãos governamentais para atuar coordenadamente no combate às causas estruturais do problema, tais como: a impunidade, a má distribuição de renda, a necessidade de uma reforma agrária, a falta de educação e formação profissional. No intuito de desarraigar essa prática da cultura e economia brasileira, é necessário que seja feito um trabalho de conscientização, prevenção, repressão e reinserção dos trabalhadores na sociedade.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Laís. MACHADO, Luiz. O combate ao trabalho forçado: um desafio global. In: VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves (Org.). Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação. São Paulo: LTr, 2006.

ABREU, Lília Leonor; ZIMMERMANN, Deyse Jacqueline. Trabalho escravo contemporâneo praticado no meio rural brasileiro: Abordagem sociojurídica. Rev. TST, Brasília, vol. 69, nº 2, jul/dez 2003.

AMARAL, Júlio Ricardo de Paula. Os Direitos Fundamentais e a Constitucionalização do Direito do Trabalho. Revista TRT da 13ª Região - João Pessoa, v. 17, n. 1, 2010.

ANTERO, Samuel. Monitoramento e avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo. RAP — RIO DE JANEIRO 42(5): 791-828. SET./OUT. 2008.

BIGNANI, Renato. O Sweating System no contexto brasileiro como expressão do trabalho forçado urbano. In: VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves (Org.). Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação. São Paulo: LTr, 2006.

BOBBIO, Norberto. A era dos Direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 1992.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20/11/2013.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 20/11/2013.

Brasil. Ministério da Integração Nacional. PORTARIA Nº 1.150, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2003. D.O.U., 20/11/2003, Seção 1.

Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. PORTARIA Nº 540, DE 15 DE OUTUBRO DE 2004. D.O.U., 19/10/2004, Seção 1.

Brasil. Presidência da república. Secretaria de Direitos Humanos. II Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo/ Secretaria de Direitos Humanos – Brasília: SDH, 2008.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. Trabalho com redução à condição análoga à de escravo: análise a partir do trabalho decente e de seu fundamento, a dignidade da pessoa humana. In: VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves (Org.). Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação. São Paulo: LTr, 2006.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. Trabalho decente: análise jurídica da exploração, trabalho forçado e outras formas de trabalho indigno. São Paulo. LTr, 2004.

CAMPANHA DA CPT CONTRA O TRABALHO ESCRAVO ESTATÍSTICAS EM 31/12/2011. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/documentos/relatoriocpt2011.pdf>. Acesso em: 20/11/2013.

CAMPOS, Marcelo. Olhares sobre a escravidão contemporânea: novas contribuições críticas. Ricardo Rezende Figueira, Antonia Antunes Prado (Orgs.). Cuiabá. EdUFMT, 2011.

CARVALHO, Nanci. Olhares sobre a escravidão contemporânea: novas contribuições críticas. Ricardo Rezende Figueira, Antonia Antunes Prado (Orgs.). Cuiabá. EdUFMT, 2011.

CHAGAS, Daniel de Matos Sampaio. O Ministério do Trabalho e Emprego e os Subsídios para Defesa Judicial da União nas Ações Relativas ao Cadastro de Empregadores do Trabalho Escravo. Possibilidades Jurídicas de Combate à Escravidão Contemporânea. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2007.

Combate ao Trabalho Escravo: um manual para empregadores e empresas / Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 2011.

Comparação entre a nova escravidão e o antigo sistema. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/trabalho-escravo/comparacao-entre-a-nova-escravidao-e-o-antigo-sistema>. Acesso em 05/11/13

DELGADO, Gabriela Neves. Direito Fundamental ao Trabalho Digno. São Paulo: LTr, 2006.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 9ª Ed.. São Paulo: LTr, 2010.

DELGADO, Maurício Godinho. Direitos Fundamentais na Relação de Trabalho, Revista de Direitos e Garantias Fundamentais - nº 2, 2007.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal / Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. — 50ª ed. rev. — São Paulo: Global, 2005

Labor. Revista do Ministério Público do Trabalho. Ano 1. Nº 1. 2013.

LIMA, Firmino Alves. A jurisprudência sobre a caracterização do trabalho em condições análogas à de escravo no Brasil. In: VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves (Org.). Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação. São Paulo: LTr, 2006.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. O direito do trabalho como instrumento de justiça social.

Manual de Combate ao Trabalho em Condições Análogas às de Escravo. Brasília. MTE, 2011.

MELO, Luís Antônio Camargo de. Atuação do Ministério Público do Trabalho no Combate ao Trabalho Escravo – crimes contra a organização do trabalho e demais crimes conexos. Possibilidades Jurídicas de Combate à Escravidão Contemporânea. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2007.

MELO, Luís Antônio Camargo de. Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conaete). Ministério Público do Trabalho: coordenadorias temáticas/ Organização, Ricardo José Macedo de Britto Pereira. Brasília: ESMPU, 2006.

MELO, Luís Antônio Camargo de. Premissas para um eficaz combate ao trabalho escravo. Revista do Ministério Público do Trabalho / Procuradoria-Geral do Trabalho — Ano 1, n. 1 (mar., 1991) — Brasília: Procuradoria- Geral do Trabalho, 1991 — v. Semestral.

MELTZER, Milton. História ilustrada da escravidão. São Paulo: Ediouro, 2004. Passim.

MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional / Gilmar Ferreira Mendes, Paulo Gustavo Gonet Branco. — 4. ed. rev. e atual. — São Paulo: Saraiva, 2009.

Ministério Público do Trabalho. Cartilha do Trabalho Escravo.

MOREYRA, Sérgio Paulo In: Vários autores. Trabalho escravo no Brasil contemporâneo. São Paulo: Loyola, 1999. P. 23.

Organização Internacional do Trabalho. Código Penal é consistente com Convenções internacionais para punir trabalho forçado, diz a OIT. Disponível em: <http://www.oit.org.br/content/codigo-penal-e-consistente-com-convencoes-internacionais-para-punir-trabalho-forcado-diz-oit>. Acesso em 02/12/2013.

Parecer Senado Federal. RELATOR: Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/126554.pdf>. Acesso em 02/12/2013.

PEDROSO, ELIANE. Da Negação ao Reconhecimento da Escravidão Contemporânea. In: VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves (Org.). Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação. São Paulo: LTr, 2006.

PONTUAL, Helena Daltro. Constituições Brasileiras. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/entenda-o-assunto/constituicoes-brasileiras>. Acesso em 12/11/13.

PRADO, Erlan José Peixoto do Prado. Ações e os Limites do Poder Judiciário e do Ministério Público para Erradicar o Trabalho Escravo. In: Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia/ Organizadores: Gelba Cavalcante de Cerqueira, Ricardo Rezende Figueira, Adonia Antunes Prado e Célia Maria Leite Costa; Apresentação Suely Souza de Almeida. — Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

PYL, Bianca e HASHIZUME, Maurício. Roupas da Zara são fabricadas com mão de obra escrava. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2011/08/roupas-da-zara-sao-fabricadas-com-mao-de-obra-escrava>. Acesso em 18/11/2013

SAKAMOTO, Leonardo. A economia da escravidão. <<http://reporterbrasil.org.br/2006/04/a-economia-da-escravidao/>>. Acesso em 13/11/2013.

SANTINI, Daniel. Relatora da ONU defende aprovação imediata da PEC no Senado. <<http://www.trabalhoescravo.org.br/noticia/71>> Acesso em 02/12/2013.

SANTINI, Daniel. Roupas da Le Lis Blanc são fabricadas com escravidão. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2013/07/roupas-da-le-lis-blanc-sao-fabricadas-com-escravidao>. Acesso em 18/11/13

Senado Federal. PEC - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO, Nº 57A de 1999. Disponível em: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=105791. Acesso em 02/12/2013.

SENTO-SÉ, Jairo Lins de Albuquerque. Trabalho escravo no Brasil na atualidade. São Paulo. LTr. 2000.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 25ª. edição - São Paulo:Malheiros, 2005.

SIQUEIRA, Túlio Manoel Leles de. O TRABALHO ESCRAVO PERDURA NO BRASIL DO SÉCULO XXI. Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg., Belo Horizonte, v.52, n.82, p.127-147, jul./dez. 2010.

SOARES, Evanna. MEIOS COADJUVANTES DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO Disponível em: http://www.prt7.mpt.gov.br/artigos/2003/Meios_combate_trab_escravo.htm. Acesso em 20/11/13.

SOARES, Evanna. Meios coadjuvantes de combate ao trabalho escravo pelo Ministério Público do Trabalho.

Trabalho escravo no Brasil do século XXI / Coordenação do estudo Leonardo Sakamoto. — [Brasília]: Organização Internacional do Trabalho, 2007.

VIANA, Marco Túlio. Trabalho escravo e “Lista Suja”: um modo original de se remover uma mancha. Possibilidades Jurídicas de Combate à Escravidão Contemporânea. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2007.

VILELA, Ruth Beatriz Vasconcelos e CUNHA, Raquel Maria Andrade. A experiência do grupo Especial de Fiscalização Móvel no Combate ao Trabalho Escravo. In: Vários autores. Trabalho escravo no Brasil contemporâneo. São Paulo: Loyola, 1999.

VILLELA, Ruth. A experiência do Ministério do Trabalho e Emprego e Instituições Parceiras no Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo. In: Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia/ Organizadores: Gelba Cavalcante de Cerqueira, Ricardo Rezende Figueira, Adonia Antunes Prado e Célia Maria Leite Costa; Apresentação Suely Souza de Almeida. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.